



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**JÉSSICA MATOS CARDOSO**

**TRANSGRESSÕES, APARECIMENTO SOCIAL E MEMÓRIAS DE  
INFÂNCIA: VIDAS NA CONTRAMÃO DAS PEDAGOGIAS CISGÊNERAS**

Rondonópolis – MT

2022

**JÉSSICA MATOS CARDOSO**

**TRANSGRESSÕES, APARECIMENTO SOCIAL E MEMÓRIAS DE  
INFÂNCIA: VIDAS NA CONTRAMÃO DAS PEDAGOGIAS CISGÊNERAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Universitário de Rondonópolis, na linha de pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: Direitos, Políticas e Diversidades, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Gonçalves Salgado

Rondonópolis – MT

2022

### Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

Ficha Catalográfica elaborada de forma automática com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

C268t      Cardoso, Jéssica Matos.  
              Transgressões, aparecimento social e memórias de infância  
              [recurso eletrônico] : vidas na contramão das pedagogias cisgêneras  
              / Jéssica Matos Cardoso. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 81 f.,  
              pdf). – 2022.

              Orientador(a): Raquel Gonçalves Salgado.  
              Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Rondonópolis,  
              Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-  
              Graduação em Educação, Rondonópolis, 2022.  
              Inclui bibliografia.

              1. Memórias. 2. Infâncias. 3. Gênero. 4. Sexualidade. 5.  
              Pedagogias. I. Salgado, Raquel Gonçalves, *orientador*. II. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO:** "TRANSGRESSÕES, APARECIMENTO SOCIAL E MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: VIDAS NA CONTRAMÃO DAS PEDAGOGIAS CISGÊNERAS".

**AUTORA:** MESTRANDA Jéssica Matos Cardoso

Dissertação defendida e aprovada em **09/05/2022**.

**COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

1. DOUTOR(A) RAQUEL GONÇALVES SALGADO (PRESIDENTE BANCA / ORIENTADOR)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

2. DOUTOR(A) CARMEN LÚCIA SUSSEL MARIANO (EXAMINADOR INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

3. DOUTOR(A) LEONARDO LEMOS DE SOUZA (EXAMINADOR EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

4. DOUTOR(A) MARCIO ALESSANDRO NEMAN DO NASCIMENTO (EXAMINADOR SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

**Rondonópolis 09/05/2022.**



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GONCALVES SALGADO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 10/05/2022, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARMEM LUCIA SUSSEL MARIANO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 10/05/2022, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Lemos de Souza, Usuário Externo**, em 11/05/2022, às 19:45, conforme horário oficial de Brasília, com

fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufmt.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&i\\_d\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i_d_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4706473** e o código CRC **FFF27ADD**.

---

Referência: Processo nº 23108.029832/2022-29

SEI nº 4706473

## AGRADECIMENTOS

Entender que o caminhar, por esse mapa chamado pesquisa, não se realiza desacompanhado e de maneira uniforme é permitir que os afetos, em suas multiplicidades, ressoem. É lançar-se em meio às linhas e suas intensas conexões e considerar que a escrita se concretiza a partir do “entre”, nos atravessamentos.

Assim, agradecer aos encontros estabelecidos, que tornaram esta dissertação concreta, também é parte desse percurso.

Agradeço a minha mãe, Sandra, e meu pai, Juarez, pelo apoio às minhas escolhas e por, direta ou indiretamente, tornarem-nas possíveis.

A minha irmã, Jamily, por sempre me ouvir, me acolher e mesmo na distância se fazer presente.

A minha família pelo carinho e pela alegria que deixa mais leve a vida.

Aos(as) meus(minhas) amigos(as) da minha cidade natal e que, por tantos anos, têm sido afeto, acolhimento e apoio.

Aos(as) amigos(as) que fiz em Rondonópolis, cidade que foi meu lar por tantos anos. A eles(as) agradeço por terem sido minha família longe de casa.

A minha orientadora, professora Raquel Salgado, por ouvir meus anseios, medos e não deixar de confiar em mim e pelos momentos alegres e potentes compartilhados desde a graduação.

Aos(as) professores(as) Carmem Sussel, Márcio Neman e Leonardo Lemos por terem aceito o convite de compor a banca examinadora e pelo olhar atento e cuidadoso com o qual se debruçaram sobre o meu texto.

A professora Talita Tavares pelo carinho, cuidado e pelas trocas de conhecimento.

Às(es) participantes pelos encontros afetivos e por tornarem esta pesquisa tão potente e necessária.

À CAPES por financiar esta pesquisa.

*A cisgeneridade está em chamas.*

(FAVERO, 2020)

## RESUMO

Quando nos reportamos à infância, inicialmente nos deparamos com uma ideia ficcional de “etapa da vida” ancorada na inocência, linearidade, obediência e progresso. Nesse sentido, essa perspectiva, própria da cultura ocidental, passa a constituir um modelo a ser alcançado por todos os corpos ditos como infantis, conferindo-lhes inteligibilidade. A colonização da infância, então, apresenta-se como uma produção discursiva, marcada por um ideário desenvolvimentista e normativo e pautada em uma existência branca, cisgênera, heterossexual e binária, a qual, no entanto, não se estrutura sem a sua abjeção. É nesse cenário que o discurso opera e produz fronteiras ontológicas que demarcam o que é um corpo aceitável e digno de aparecimento social, sendo os gêneros e as sexualidades instâncias privilegiadas de fiscalização e controle, como também de pedagogização. Diante disso, a presente pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Universitário de Rondonópolis e à linha de pesquisa “Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: direitos, políticas e diversidades”, debruça-se sobre as memórias de pessoas que, no presente, se autoidentificam como transgêneras, pretendendo analisar os agenciamentos macro e micro políticos em diferentes contextos, como a escola e a família, e os sentidos que elas produzem sobre as experiências vividas com os seus corpos na infância. Pretende-se, ainda, discutir, no campo da educação e da psicologia, como a infância é construída como um tempo de regulação do sentir e do desejar. Para isso, investimos em um arcabouço teórico vinculado aos estudos feministas e aos estudos *queer*. O referido estudo é de caráter qualitativo, tendo o posicionamento cartográfico, como perspectiva de pesquisa intervenção. Nesse sentido, procuramos, a partir da desobediência, da resistência e da transviagem, propor e provocar desestabilizações nos conhecimentos produzidos sobre as experiências de infância em torno dos gêneros e das sexualidades, visibilizando outras infâncias, outras formas de viver as masculinidades e feminilidades, em contraponto a uma perspectiva que busca incessantemente um “marco zero” da transexualidade e patologiza todas as outras expressões de gênero.

**Palavras chave:** Memórias; Infâncias; Gênero; Sexualidade; Pedagogias.



## ABSTRACT

When we refer to childhood, initially we are faced with a fictional idea of a “stage of life” anchored in innocence, linearity, obedience, and progress. In this sense, this perspective, typical of Western culture, becomes a model to be reached by all bodies said to be children, giving them intelligibility. The colonization of childhood, then, presents itself as a discursive production, marked by a developmental and normative ideology and based on a white, cisgender, heterosexual, and binary existence, which, however, is not structured without its abjection. It is in this scenario that the discourse operates and produces ontological boundaries that demarcate what is an acceptable body worthy of social appearance, with genders and sexualities being privileged instances of supervision and control, as well as pedagogization. Given this, the present master's research, linked to the Graduate Program in Education of the Federal University of Mato Grosso, University Campus of Rondonópolis and the research line "Childhood, Youth and Contemporary Culture: rights, policies, and diversities", focuses on about the memories of people who, in the present, self-identify as transgender, intending to analyze the macro and micro political agencies in different contexts, such as school and family, and the meanings they produce about the experiences lived with their bodies in the childhood. It is also intended to discuss, in the field of education and psychology, how childhood is constructed as a time of regulation of feeling and desiring. For this, we invested in a theoretical framework linked to feminist studies and queer studies. This study is qualitative, taking the cartographic positioning as a research intervention perspective. In this sense, we seek, from the disobedience, of resistance and queer, propose and to provoke destabilization in the knowledge produced about childhood experiences around genders and sexualities, making visible other childhoods, other ways of living masculinities and femininities, in contrast to a perspective that incessantly seeks a “ground zero” of transsexuality and pathologizes all other expressions of gender.

**Keywords:** Memories; Childhoods; Gender; Sexuality; Pedagogies.

## SUMÁRIO

<b>A BRICOLAGEM TEÓRICA DA PESQUISA COM INFÂNCIAS DISSIDENTES.....</b>	<b>11</b>
<b>1 SOBRE PAISAGENS PSICOSSOCIAIS, CORPOS NÔMADES E NARRATIVAS DE SI.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Hibridismos teórico-metodológicos de saberes intencionais em construção.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 Avessos do passado: memórias de infância como resistência ao ideário de desenvolvimento e progresso.....</b>	<b>23</b>
<b>1.3 Por uma estilística de existência singular: quem são os participantes da pesquisa?.....</b>	<b>26</b>
1.3.1 Agnan.....	31
1.3.2 Luísa.....	32
1.3.3 Mar.....	33
<b>2 NA CONTRAMÃO DA NORMA, O QUE CONTA COMO VIDA?.....</b>	<b>35</b>
<b>2.1 “Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”: a cisheteronormatividade como pedagogia.....</b>	<b>37</b>
<b>2.2 A produção cultural dos corpos transgressores.....</b>	<b>43</b>
<b>3 PERCORRENDO MAPAS E MOVIMENTANDO-ME NA COMPLEXIDADE DOS CAMINHOS.....</b>	<b>47</b>
<b>4 CORPOS QUE TRANSGRIDEM AS LINEARIDADES: SOBRE DESCONTINUIDADES HISTÓRICAS, SUBJETIVAS E DESEJANTES.....</b>	<b>50</b>
<b>4.1 Entre o desejar e o sentir: a diáde infância e inocência.....</b>	<b>50</b>
<b>4.2 Na família e na escola, brinca-se de gênero?.....</b>	<b>53</b>
<b>4.3 Aparecimento social e artes de existências transgressoras.....</b>	<b>60</b>
<b>5 NOTAS (IN)CONCLUSIVAS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>74</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista.....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>77</b>

## A BRICOLAGEM TEÓRICA DA PESQUISA COM INFÂNCIAS DISSIDENTES

A presente pesquisa de mestrado debruça-se na problematização da cisheteronormatividade enquanto pedagogia produtora de subjetividades normativas e singulares. Assumindo que a infância se encontra como foco desses discursos que produzem um ideário de sujeito, direcionamos nossos questionamentos aos campos da Psicologia e da Educação, objetivando propor outros olhares para a infância.

Início, então, este texto explicitando o que me leva a esses direcionamentos epistemológicos. Desde a infância, meu corpo é atravessado pelas normas de gênero, sexualidade, raça, classe social e territorialidade, as quais, por vezes, colocam-no em situações de privilégio e, em outras, de opressão, fazendo-me refletir, na ocasião do mestrado, por quê e para quê estudar/pesquisar infâncias que transgridem.

Como mulher que, no presente da vida adulta, vive experiências em consonância à cisgeneridade e à heterossexualidade, falo desse lugar: de uma caminhada distinta das pessoas que me acompanharam neste mapa/pesquisa. De uma mulher cisgênera, heterossexual, branca nascida no interior da Bahia, que pode acessar, em termos de classe, raça e sexualidade, espaços e direitos que são negados a sujeitos que estão em posições dissonantes a esses mesmos termos. Também pude experienciar situações que, em um país machista e xenofóbico, que é o quinto país mais violento no mundo para mulheres<sup>1</sup> e que possui movimentos separatistas de Estados do sul, posicionar-se enquanto mulher e nordestina me levaram a situações de opressão. Dizer isto é também dizer que a norma não é homogênea e que partimos, nesta pesquisa, de uma perspectiva interseccional.

E embora possa soar dessa forma, o objetivo não é eliminar as disparidades entre pessoas cis e trans, como se vivessem relações horizontais em suas adversidades. Pelo contrário, o propósito é fazer com que a compreensão das desigualdades seja expandida, para que não tenhamos uma leitura superficial de uma norma que é sofisticada, e que se atualiza a depender da interação de tais identidades. Não é sobre dizer “cis, porém negro” ou “cis, porém gay” para garantir determinado nivelamento entre os marcadores da diferença. É sobre dizer “cis e negro (...)” e “cis e gay (...)” para flexibilizarmos nossas análises em direção a um entendimento interseccional acerca do sujeito (FAVERO, 2019, p. 181, grifos da autora).

Situar outros marcadores sociais, para além da cisgeneridade, que atravessam a minha experiência é, como aponta Sofia Favero (2019), situar a cisgeneridade em um

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entreteses/item/2589-brasil-e-o-5-pais-que-mais-mata-mulheres>. Acesso em 20 fev. 2022.

campo político para que ela não permaneça sendo encarada como normal, natural e saudável.

E o que significaria conceber a cisgeneridade através da própria multiplicidade? Bom, talvez alguns encarem esse impulso como um prejuízo à luta pela cidadania de pessoas trans, pois assim estaríamos considerando que nem todas as pessoas são exatamente privilegiadas. Mas o objetivo tem sido ponderar que a identidade cis não está aí pra ser entendida como algo do mundo interno do sujeito, mas como algo que demanda determinada implicação política (p. 183).

Posicionar a cisgeneridade ao lado de outros marcadores sociais da diferença, como a heteronormatividade e a branquitude, por exemplo, é parte do processo de desmantelamento dessas normas. É problematizar a homogeneização de determinadas experiências e admitir que “[...] se todas as pessoas cis são iguais em oportunidades e dificuldades, logo, pressupõe-se que as pessoas trans também compartilham de vivências repetidas entre si” (FAVERO, 2019, p. 179).

Em contramão a uma perspectiva que situa pessoas trans em um lugar de unidade em relação à experimentação com o próprio corpo, esta pesquisa aposta na multiplicidade das experiências, na singularidade dos processos desejantes e nas possibilidades frente à vida.

Assumindo este posicionamento, são produzidos diálogos com autores(as) como: Judith Butler (2000a; 2000b; 2008; 2015a; 2017; 2018), Donna Haraway (1995; 2009), Paul B. Preciado (2013; 2014; 2019) e Berenice Bento (2014), os(as) quais nos fornecem aportes teóricos para problematizar as construções culturais em torno dos corpos; Sofia Favero (2019; 2020), Jaqueline Gomes de Jesus (2018), Amara Moira (2017) e Viviane Vergueiro (2016), ao problematizar a cisgeneridade enquanto categoria analítica produtora de inteligibilidades; Michel Foucault (1988; 2014), para compreender as relações de poder-saber que operam em torno da sexualidade, produzindo discursos normativos e reguladores; Guacira Lopes Louro (2000), que nos permite pensar o regime de gestão dos gêneros e das sexualidades enquanto uma pedagogia promovida por diversas instâncias sociais; Erica Burman (2009), ao colocar em pauta a discussão de um ideário de infância, norteados pela noção ocidental de desenvolvimento e progresso; Walter Benjamin (1985), Jeanne Marie Gagnebin (2013) e Raquel Gonçalves Salgado e Leonardo Lemos de Souza (2020a; 2020b), para compreender o conceito de memória como inquietações políticas do presente sobre o passado.

Assim, ao nos remetermos à infância, encontramos um conceito que, como nos lembra Jorge Larrosa (1999), foi capturado pelos saberes e discursos pedagógicos, médicos e morais, bem como por instituições, como a escola, a igreja, a família e a ciência. Esses saberes e instituições sociais, por sua vez, constroem e estabelecem modelos e práticas a todos aqueles corpos vistos e nomeados como infantis, o que René Schérer (2009) conceitua como “sistema de infância”.

A atenção volta-se totalmente à criança, passando a infância a constituí-la e, por vezes, sendo assumidas como categorias idênticas ou sinônimos. Nesse investimento discursivo, a figura da criança emerge como campo privilegiado em um terreno de embates e disputas entre os múltiplos discursos e políticas de verdade, no qual é vista em um ideal de desenvolvimento e progresso da civilização, ancorado na inocência e na normatividade (TIETBOEHL; CAVALHEIRO; KVELLER, 2018). Dessa forma, institui-se um ideário a ser imposto pelos adultos e seguido pelas crianças.

Cara aos campos da Psicologia e da Educação, essa ideia de desenvolvimento infantil caracteriza e descreve a infância como uma etapa em uma cronologia da vida, em que são esperados comportamentos e formas de viver – afirmados como “verdades” – a todos aqueles sujeitos que a vivenciam (SALGADO; SOUZA, 2018). Mas questionamos: o que acontece com os outros? Ou seja, aqueles que não correspondem àquilo que é esperado dos seus corpos na infância? Ademais, ofereceremos pistas a esta pergunta.

Sobre essa linearidade imposta ao desenvolvimento infantil, Raquel Gonçalves Salgado e Leonardo Lemos de Souza (2018) argumentam que:

O desenvolvimento, nesta perspectiva, requer uma finalidade, um *telos*, marcado pela maturidade, definida em termos biológicos, cognitivos e de socialização. A infância, nessa linha do tempo cronológico, representa o estado lacunar e inacabado do desenvolvimento, que deve caminhar progressivamente em direção ao estágio mais avançado, representado pela vida adulta. Nessa lógica, o objetivo da transformação individual ganha destaque (p. 248).

A colonização da infância, própria da cultura ocidental, produz-se, então, a partir de uma lógica capitalista de Estado-nação, em que o desenvolvimento se apresenta como uma trajetória em um tempo linear, no qual as crianças são vistas como a promessa de um futuro entendido como melhor (MACEDO et al, 2016), tendo como referência uma existência branca, europeia, cisgênera, heterossexual, binária, magra e sem deficiência. Essa organização ocidental da infância, a partir de estágios de desenvolvimento, dá

suporte a grandes eixos de privilégio/opressão organizados em torno do gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social e (in)capacidade (BURMAN, 2009).

Assim, algumas performatividades infantis passam a ser entendidas como “normais” e, por isso, despercebidas e não questionadas, ao passo que todas as outras existências são incessantemente marcadas, patologizadas e violentadas, a partir de critérios sociais, psicológicos, psiquiátricos, médicos e jurídicos, que avaliam e delimitam fronteiras entre um corpo considerado “certo” e, conseqüentemente, um corpo “errado” (FAVERO, 2020). É necessário perguntar: quais os efeitos da materialização desses discursos? Lembramos de Alex Medeiros, de 8 anos, espancado até a morte pelo pai por acreditar que a criança “não andava como homem”<sup>2</sup>, e também Eli Fritchley, de 12 anos, que tirou a própria vida após sofrer ataques homofóbicos na escola onde estudava<sup>3</sup>.

Os sujeitos são significados e classificados em estatutos de normalidade e abjeção, que compõem o que Marcelo Santana Ferreira (2016) conceitua como sexopolítica:

A sexopolítica é um conjunto de dispositivos, enunciados, textos e práticas que pré-concebem o campo das expressões de si, incidindo sobre o modo como cuidamos dos miúdos, forçando-os, cotidianamente e ruidosamente, a se tornarem a imagem que nos tranquiliza e nos reflete (p. 55).

Nessa perspectiva, Paul B. Preciado (2011) argumenta que a sexopolítica se utiliza dos discursos sobre o sexo – aqui entende-se o conceito de sexo para além de uma concepção biológica de órgãos genitais, mas como práticas e tecnologias que agem em torno dos corpos sexuados – como ferramentas de controle da vida, tornando-se uma forma dominante da ação biopolítica no capitalismo.

No entanto, as crianças não são apenas sujeitos passivos desses dispositivos, elas os interrogam e relevam suas falhas (FERREIRA, 2016), ou, como argumenta Preciado (2011), elas são potências políticas e não simplesmente efeitos dos discursos. Assim, em um regime hegemônico, adultocêntrico, teleológico e cisheteronormativo das existências, as crianças e infâncias transgressoras, que embaralham a matriz cisgênera e binária em que são lidos os corpos, são vistas e qualificadas como patológicas, desviantes e monstruosas, pois desnaturalizam e provocam ruídos nas normas de regulação da vida,

---

<sup>2</sup> Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2014/03/09/interna\\_nacional,505916/caso-de-pai-que-matou-filho-de-oito-anos-mostra-realidade-de-homofobia-dentro-de-casa.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2014/03/09/interna_nacional,505916/caso-de-pai-que-matou-filho-de-oito-anos-mostra-realidade-de-homofobia-dentro-de-casa.shtml). Acesso em: 02 fev. 2022.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2021-12-09/garoto-12-anos-gay-suicidio-bullying-homofobia.html>. Acesso em: 02 fev. 2022.

bagunçando e desestabilizando, portanto, a “conformidade” e a inteligibilidade do sistema sexo/gênero (RUBIN, 1993) e da heterossexualidade compulsória (WITTIG, 2006).

Mobilizamo-nos a pensar as crianças dissidentes às normas cisgêneras e heteronormativas e ao ideário de infância – ancorado em uma perspectiva de desenvolvimento singular e unilinear (BURMAN, 2009) –, como existências singulares capazes de colocar em xeque os aspectos históricos e socialmente forjados da cisheteronormatividade, de evidenciar a multiplicidade das corporalidades, de provocar deslocamentos nas noções estanques de gênero e de fazer emergir as violências que mantêm a ordem social vigente.

Desse modo, é importante questionar: em uma ordem social, que regula corpos, conferindo-lhes gêneros e sexualidades estanques, quais agenciamentos operam nas produções desejantes em crianças dissidentes das normas cisgêneras e heterossexuais? Quais narrativas foram construídas? Quais estilísticas e possibilidades estéticas e políticas de existências foram produzidas? Como as vozes de crianças, que foram criadas para o silêncio, ressoaram?

Em meio a essas questões, a presente pesquisa de mestrado pretende: (1) analisar, em narrativas de memórias de infância, os sentidos produzidos sobre as programações de gênero ensinadas na escola e na família por pessoas que, no presente da vida adulta, se autoidentificam como transgêneras; (2) discutir, no campo da educação e da psicologia, como a infância se configura como um tempo privilegiado dos discursos que produzem uma pedagogização das experiências com a sexualidade e com o gênero.

Esta pesquisa é, portanto, de caráter qualitativo e pertence à linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus de Rondonópolis, “Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: direitos, políticas e diversidade”, e ao grupo de pesquisa “Infância, Juventude e Cultura Contemporânea” (GEIJC), os quais têm produzido outros trabalhos sobre a temática de gênero e sexualidade em intersecção com a infância, como: Adriana Sales (2012); Cristiane Cespedes (2015); Gislene Souza (2015); Pedro de Melo (2016); Bruno Alexandre (2017); Julianne Caju Moares (2017); Leonardo do Nascimento (2017); Hugo Andrade (2018); Ana Letícia Bonfanti (2019); Patrícia Oliveira (2019); Sandra Camargo (2019); Paula Umekawa (2019); Tatiane Antunes (2020) e Gabriela Souza (2021).

Na primeira parte deste texto, procuramos apresentar as escolhas teórico-metodológicas empreendidas no percurso de pesquisa, afirmando-as como intencionais e alinhadas com uma perspectiva em defesa da vida e capaz de provocar desestabilizações

nas verdades tidas como absolutas. Conduzimos o capítulo trazendo algumas questões em torno do conceito de memória enquanto possibilidade de rememoração e (re)significação do passado, entendendo-o como palco das experiências de infância, motivadas pela pedagogização dos corpos, dos gêneros e das sexualidades. Por fim, encerramos o primeiro capítulo apresentando cada uma das participantes da pesquisa, da forma como elas se apresentaram a nós ao narrarem suas memórias.

A discussão teórica sobre a produção cultural de corpos inteligíveis e abjetos é trazida no segundo capítulo, no qual nos dedicamos a apresentar os estudos sobre gênero e sexualidade em seus aspectos reguladores e normatizadores, que submetem os sujeitos a processos de normalização, como também em seus aspectos problematizadores e transgressores, em que estilísticas de existência se mostram como possíveis.

No terceiro capítulo, apresento o interesse pela temática, a minha implicação como pesquisadora, os meus atravessamentos com as participantes da pesquisa e suas narrativas. É nesse tensionamento de vivências que traço o fio condutor que liga as análises apresentadas na última parte do texto.

Por fim, o último capítulo compreende o diálogo entre a perspectiva teórica sobre a qual nos debruçamos nesta pesquisa e trechos das narrativas de memórias de infância das participantes, tendo como destaque os seguintes eixos temáticos: a produção do ideário de infância, a interdição do gênero e da sexualidade em espaços, como a escola e a família, e os processos de reconhecimento e legitimação da vida.

Nesse sentido, penso neste mapa/pesquisa, composto por linhas/capítulos como uma bricolagem, uma composição, uma multiplicidade criada a partir da polifonia dos processos afetivos e desejantes, surgidos no percurso desse caminho chamado mestrado. Ao tecer essa bricolagem, não empregamos ferramentas pré-estabelecidas ou seguimos roteiros, muito pelo contrário, apostamos na invenção e mergulhamos na processualidade.



# 1 SOBRE PAISAGENS PSICOSSOCIAIS, CORPOS NÔMADES E NARRATIVAS DE SI

## 1.1 Hibridismos teórico-metodológicos de saberes intencionais em construção

O processo de pesquisa é conduzido por uma multiplicidade de atravessamentos éticos, políticos, subjetivos e afetivos mobilizados por nossas vivências, pela forma como enxergamos e agimos no mundo e como somos enxergados(as) e atravessados(as) por ele.

Nesse percurso, podemos olhar e perceber algumas questões e não outras, ser atravessados(as) por variados sentidos e não outros e (re)conhecer determinadas realidades que se apresentam no mundo, sendo, então, a nossa percepção sempre mediada por uma visão do mundo.

Gostaria de insistir na natureza corpórea de toda visão e assim resgatar o sistema sensorial que tem sido utilizado para significar um salto para fora do corpo marcado, para um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum. Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando da representação (HARAWAY, 1995, p.18).

Nessa perspectiva, Rosi Braidotti (2002) defende uma posição descentralizada e multidimensionada de sujeito, situada em um contexto histórico e em permanente movimentação das categorias estabelecidas. O que significa dizer que os saberes são situados em determinados contextos sócio-histórico-político e culturais e, portanto, intencionais e compromissados, sendo necessário responsabilizar-se por eles (HARAWAY, 1995).

Donna Haraway (1995), a partir de uma crítica feminista às ciências, provoca-nos a pensar a visão como uma ferramenta que permite evitar noções binárias de mundo. Desse modo, toda pesquisa diz respeito a uma produção de conhecimento posicionado em um lugar e a partir de um sujeito político, sendo por isso, capaz de prestar contas. A autora aposta no conceito de *saberes localizados*, afirmando que o posicionamento diz respeito:

[...] a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. (HARAWAY, 1995, p. 27).

Reafirma-se, assim, uma forma de produzir conhecimento em que o(a) pesquisador(a) esteja implicado com sua prática de pesquisa e o modo de fazer ciências. Os estudos de Donna Haraway trazem importantes contribuições nas análises parciais, contextualizadas e compromissadas, no que diz respeito ao rompimento de fronteiras científicas, são elas: animal/humano, organismo/máquina e físico/não-físico.

Indo na contramão a uma perspectiva que busca a neutralidade, objetividade e racionalidade, características próprias da ciência moderna, os saberes situados/localizados propõem outras maneiras de produzir conhecimento que consigam lidar com a complexidade da realidade e não interpretá-la como mero objeto passível de domínio. Roberta Carvalho Romagnoli (2009) afirma que a ciência no Ocidente se apóia na articulação “produção de conhecimento *versus* realidade” em que:

[...] a teoria é aplicada ao objeto de estudo de forma interpretativa, sustentando um conhecimento que é, em si, reducionista e homogeneizante, com a pretensão de compreensão plena dessa relação. Ou seja, o paradigma moderno parte do pressuposto de que a teoria é separada do objeto e de que não são, de fato, indissociáveis (p. 167-168).

Ancorando-nos na renúncia aos binarismos, às linearidades, à rigidez das fronteiras e apostando em experiências nômades e transitórias, propomos uma produção híbrida de saber ancorada nas transgressões, nas indeterminações e no compromisso político de mundo, a partir da transposição de sujeito/objeto na pesquisa, tendo como aporte teórico-metodológico o hibridismo dos estudos feministas, dos estudos *queer* e do posicionamento cartográfico. Assim, as escolhas epistemológicas e metodológicas empreendidas no percurso desta pesquisa não são inocentes, elas dizem de uma implicação frente às narrativas e “verdades” universalizadas e naturalizadas que atuam sobre a gestão da vida.

Apoiar-se nos estudos *queer* significa ir na contramão das formas institucionalizadas que sufocam as existências em noções estanques de sentir, desejar, amar e aparecer no mundo. É desconfiar do que está “dado”, contestar sua produção e propor outros mundos possíveis/vivíveis. Guacira Lopes Louro (2001), precursora dos estudos *queer* no Brasil, ajuda-nos a pensar:

Na medida em que *queer* sinaliza para o estranho, para a contestação, para o que está fora-do-centro, seria incoerente supor que a teoria se reduzisse a uma ‘aplicação’ ou a uma extensão de idéias fundadoras. Os teóricos e teóricas *queer* fazem um uso próprio e transgressivo das proposições das quais se utilizam, geralmente para desarranjar e

subverter noções e expectativas (LOURO, 2001, p. 548, grifos da autora).

É a partir do encontro produzido entre os estudos feministas e os estudos *queer* que problematizamos as fronteiras universalizadas de homem/mulher, masculino/feminino, cisgênero/transgênero, heterossexual/homossexual, norma/abjeção, as quais sustentam posições binárias de sujeitos. Apostamos, então, em uma ideia de transposição dessas fronteiras, a partir do conceito de *nomadismo* cunhado por Braidotti (2009), em que a transposição significa um movimento transversal de cruzar as fronteiras verticalizadas. Para ela, o nomadismo diz respeito ao processo de mobilidade e desestabilização de tudo aquilo que se apresenta como fixo, imutável e hegemônico.

Pesquisar sobre infância(s) e dissidência(s) é movimentar-se por paisagens psicossociais marcadas pela cristalização de verdades estanques, pela naturalização de processos sociais de violência, pelo cerceamento da liberdade, pela produção de subjetividades normativas e pela interdição dos modos de ser e de sentir, bem como pela pluralidade das vivências, pela provisoriedade das fronteiras e pela instabilidade dos discursos normalizadores.

Desse modo, a escolha do posicionamento cartográfico mostra-se como uma possibilidade para investigar os agenciamentos macro e micropolíticos que atravessam a produção de subjetividades, em seus processos desejantes, plurais e (des)territorializadores, os quais compõem as *paisagens psicossociais*, como nos lembra Suely Rolnik (2007).

Implicada na problematização das concepções hegemônicas e dicotômicas de mundo, a cartografia opõe-se à racionalidade e à objetividade que versa o paradigma das ciências (ROMAGNOLI, 2009), colocando-se, assim, em encontro com as críticas impulsionadas pelos estudos feministas e *queer*, no que diz respeito à produção de conhecimentos descentralizados. Investindo nas observações e análises das fissuras, a cartografia proporciona-nos a olhar, nesta pesquisa, para as narrativas transgressoras a partir do rompimento dos binarismos e da universalização dos conceitos.

Enquanto método de análise, Rolnik (2007) aponta que a cartografia pode ser proposta como:

[...] a cartografia – diferentemente do mapa: representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que

o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos (p. 23).

Entendemos, portanto, a cartografia como um posicionamento filosófico, uma possibilidade de (re)conhecimento da realidade, o qual busca análises múltiplas, afastando-se de um referencial positivista, e que, ressaltamos, não é neutro.

Partindo dessa problemática, Romagnoli (2009) convoca-nos a pensar a cartografia como uma ferramenta de investigação que não parte de um modelo pré-estabelecido ou regras prontas, mas busca pensar a complexidade do campo de pesquisa a partir dos agenciamentos, conexões, indeterminações e movimentações permanentes que atuam na realidade. Nesse sentido, em uma pesquisa cartográfica, os dados são sempre produzidos e não coletados, sendo estes produtos da transformação de experiência em conhecimento e de conhecimento em experiência (BARROS; KASTRUP, 2009).

A cartografia, então, faz-se a partir do acompanhamento dos processos, isso não significa, porém, uma prática desatenta e sem direção (BARROS; KASTRUP, 2009). Dessa forma, a cartografia configura-se como uma abordagem geográfica e transversal e não histórica e longitudinal, o que significa dizer que esta rompe com a linearidade histórica e com os eixos cartesianos (vertical/horizontal). Assim, a cartografia mobiliza-nos a pensar as narrativas de memórias de infância, não como linearidades históricas e contínuas, mas como múltiplos acontecimentos, movimentações, conexões e (des)territorializações.

Félix Guattari e Suely Rolnik (1996) ajudam-nos a pensar o conceito de território como:

A noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. [...] O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (p. 323, grifos dos autores).

A cartografia, então, por meio do mapeamento dos agenciamentos, vai apropriar-se dos territórios existenciais e acompanhar a produção de subjetividades. Porém, eis que surge-nos uma inquietação: como acompanhar processos subjetivos em um cenário pandêmico, ocasionado pelo novo Coronavírus surgido em 2020, ano que se iniciou esta

pesquisa de mestrado? Este foi o meu primeiro questionamento quando decidi trabalhar como o posicionamento cartográfico, dadas as condições sanitárias de isolamento social e, conseqüentemente, a impossibilidade de encontrar as pessoas participantes da pesquisa. E outra inquietação povoa meus pensamentos: é possível construir uma cartografia por meio de contatos/entrevistas estabelecidos(as) via Google *Meet*<sup>4</sup>?

Vamos em partes! Já adianto que estas são perguntas que pretendemos responder ao longo desta dissertação. Antes disso, ofereceremos pistas para pensar o processo de entrevistas na produção do campo cartográfico. Márcio Neman do Nascimento (2015) nos ajuda nesta tarefa.

Segundo o autor, a primeira pista para pensar o processo de entrevistas seria abrir mão da fixidez de palavras, frases, questões e modos de dizer, podendo, então, todas as palavras serem criadas ou substituídas de modo que possam expressar os afetos e sensações vivenciados no campo.

A segunda pista diz respeito à possibilidade de “dar passagem aos traçados de linhas de fuga” (NASCIMENTO, 2015, p. 158), ou dito de uma outra forma, trata-se de subverter as linearidades e os sistemas homogêneos por meio das linhas de fuga, aquelas que, segundo Guattari e Rolnik (1996), são as linhas dos afetos, das multiplicidades, das conexões e das desestabilizações.

Mas não se preocupem, falaremos mais sobre esse conceito no quarto capítulo desta dissertação. Agora, voltemos as pistas!

Como terceira pista, Nascimento (2015) afirma a necessidade de se pensar as pessoas a partir de diversas linhas – duras, flexíveis, de fuga –, não sendo, portanto, os discursos formados apenas por linhas normativas ou duras. Dessa forma, é fundamental “[...] mapear o deserto que compõem as pessoas e como esse território existencial foi atravessado e mobilizado por devires, movimentos, sons, entre outros afetos e sensações” (NASCIMENTO, 2015, p. 159).

Agora que oferecemos pistas para pensar as entrevistas, convém situar como elas ocorreram nesta pesquisa. Assim, investimos em três entrevistas semiestruturadas com cada uma das participantes, em formato de conversas, com duração de aproximadamente uma hora e meia, realizadas por meio da plataforma digital Google *Meet*, em datas e horários escolhidos conforme disponibilidade des participantes, gravadas por intermédio

---

<sup>4</sup> Plataforma de comunicação por vídeo, desenvolvida pelo Google, que permite aos usuários a criação de salas de reuniões on-line, tanto no computador quanto no celular. Essa ferramenta vem sendo bastante utilizada na pandemia do COVID-19, devido às novas regras de isolamento social.

da plataforma e registradas em caderno de campo, as quais buscaram disparar reflexões e problematizações sobre as possibilidades éticas e estéticas que emergem e compõem existências singulares, modos de sentir dissidentes e corporeidades híbridas na infância.

As entrevistas, então, não obedeceram a modelos rígidos de perguntas. Elas foram compostas, ao contrário, por meio de um processo de diálogo, em que não houve a obrigatoriedade de palavras e frases fixas, já que, como nos lembra Rolnik (2007), “[...] todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas [...]” (p. 65), ou seja, não objetivamos que as perguntas se baseassem em modelos prescritivos e levassem a respostas estanques, mas que o processo de entrevistas resultasse em saídas amplas e polifônicas.

As duas primeiras entrevistas trataram das experiências vivenciadas na infância em relação ao corpo e ao que foi ensinado na família e na escola sobre como ser ou se comportar em relação ao gênero; e a última entrevista ficou reservada para que as participantes tivessem acesso à transcrição das entrevistas anteriores.

Para fins de participação na pesquisa, as participantes tomaram ciência e assinaram, via formulário Google, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), elaborado de acordo com os princípios éticos envolvendo seres humanos, descritos na Resolução 510/2016<sup>5</sup>, do Conselho Nacional de Saúde, e respeitando a confidencialidade dos dados fornecidos.

Como a pesquisa poderia acarretar riscos mínimos às participantes, no que diz respeito a aspectos de desconforto, revitimização, angústias e estresse emocional suscitados pela evocação de memórias de experiências vivenciadas na infância, algumas medidas foram adotadas para a minimização desses riscos, como: respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos; garantia do sigilo da identidade, o que, no entanto, não foi optado pelas participantes, já que estas escolheram utilizar os próprios nomes; compromisso de assegurar espaço para a expressão de receios e dúvidas; interrupção da entrevista ou da questão promotora de estresse emocional; garantia de desistência a qualquer momento da pesquisa; direito aos dados reunidos e sistematizados para que pudessem revê-los, opinar sobre eles e, até mesmo, modificá-los, se assim considerassem necessário.

---

<sup>5</sup> CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510/2016.** Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

Dessa forma, os benefícios esperados com esta pesquisa são: a curto prazo e para as participantes, envolvem uma possível reflexão quanto às memórias narradas, entendendo-as como possibilidades de questionar a sua vida no presente; a longo prazo, voltam-se para o campo da educação e dos estudos de gênero e da infância por meio de reflexões políticas e epistemológicas sobre a emergência e a visibilidade de experiências outras para além da cisgeneridade.

## **1.2 Avessos do passado: memórias de infância como resistência ao ideário de desenvolvimento e progresso**

O processo de narração, da retomada do passado pela palavra fazem parte da constituição do sujeito (GAGNEBIN, 2013). Essas narrativas de si, no entanto, não dizem apenas do “eu” autor(a) de sua própria história, mas fazem referência a um momento sócio, histórico, político e cultural atravessado por normas de gestão da vida, das relações e das pessoas (BUTLER, 2015b). Nas palavras de Judith Butler (2015b):

Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado em uma temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, tornar-se um teórico social (p. 11, grifos da autora).

Esse movimento de reconhecimento de si e construção da sua própria história estão atrelados a um conjunto de regras que definem quais existências são inteligíveis, quais histórias são reconhecíveis e quais narrativas são legítimas. O que significa dizer que não existe “eu” narrador(a) que não esteja em relação a um regime de verdade, que estabelece formas de reconhecimento (BUTLER, 2015b).

Nessa perspectiva de análise, Michel Foucault (2006) mobiliza-nos a pensar o discurso como um lugar privilegiado de incidência dos regimes de verdade e dos poderes disciplinares, sendo sua produção mediada por práticas sociais instituídas no campo político. Visto como um conjunto de acontecimentos, que instituem e mantêm relação com dispositivos históricos, o discurso opera na vida dos sujeitos (re)produzindo hierarquias, exclusões, mas também possibilitando as rupturas.

Assim, as narrativas são entendidas aqui enquanto produto social, na medida em que estão imbricadas e localizadas também na dimensão cultural e são atravessadas por um conjunto de normas de gênero e sexualidade inscritas nos corpos desde a infância.

Narrar a si não significa somente uma ação de comunicação, é também agir no mundo e expor “[...] o logos pelo qual se vive” (BUTLER, 2015b, p. 145, grifo da autora).

Quando agimos, falamos e escrevemos, não só nos revelamos, mas também agimos sobre os esquemas de inteligibilidade que determinam quem será o ser que fala ou escreve, sujeitando-os à ruptura e à revisão, consolidando suas normas ou contestando sua hegemonia (BUTLER, 2015b, p. 151).

Compreendemos as narrativas de memórias de infância como transgressões e resistências ao binarismo da cisgeneridade, das fronteiras da heteronorma e dos dualismos homem/mulher e masculino/feminino, que cerceiam e impedem o trânsito livre entre as possibilidades do ser/estar, do desejar e do sentir.

Desse modo, as narrativas transgressoras de memórias de infância apresentam-se como possibilidade de retorno ao esquecido (BENJAMIN, 1987; GAGNEBIN, 2013) e como (re)significação das experiências vivenciadas na infância, atravessadas por pedagogias cisgêneras (SALGADO; SOUZA, 2020a), emergindo, assim, outros modos de aparecer socialmente (FERREIRA; SALGADO, 2020).

Nesse processo de rememoração, tal qual conceituado por Walter Benjamin, interessa-nos as provocações, os avessos de um passado que não continua paralisado no tempo, mas que contesta seus rastros e denuncia seu aniquilamento na história.

Certamente, o passado já se foi e, por isso, não pode ser reencontrado “fora do tempo”, numa beleza ideal que a arte teria por tarefa traduzir; mas ele não permanece definitivamente estanque, irremediavelmente dobrado sobre si mesmo; depende da ação presente penetrar sua opacidade e retomar o fio de uma história que havia se exaurido (GAGNEBIN, 2013, p. 89, grifo da autora).

Sobre o conceito de rastro, ligado diretamente à imagem da memória, a autora Jeanne Marie Gagnebin (2006) discute que ambos aparecem intimamente ligados, pois a memória tensiona a presença e a ausência, em que a presença do presente se lembra do passado desaparecido, ao mesmo tempo em que a presença do passado desaparecido ressoa no presente, ou seja, a presença do ausente e a ausência da presença se mantêm juntas. Dessa forma, trata-se de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1985, p. 225), de modo a questionar a produção do esquecimento por meio da escavação dos rastros do passado apagados pela narrativa do progresso.

Pensando o passado, a partir de uma perspectiva benjaminiana, que o enxerga como uma possibilidade de responder às questões do presente, debruçamo-nos sobre as



memórias de infância de pessoas trans compreendendo-as como narrativas do presente, as quais lançam interrogações e inquietações a partir de um olhar reflexivo, crítico e político sobre o passado, não para descrevê-lo como de fato foi, mas para salvá-lo do silêncio e do esquecimento (BENJAMIN, 1985; GAGNEBIN, 2013; ALEXANDRE; SALGADO, 2019), como possibilidade de resistência às políticas de desaparecimento social (BUTLER, 2018) e como um potente mecanismo capaz de pôr em xeque os regimes de gestão e legitimação da vida, os quais forjam subjetividades generificadas e normativas.

Visitar o passado não diz respeito apenas ao ato de recordar os acontecimentos ocorridos em conformidade com um tempo cronológico, mas, sobretudo, destrinchar esse passado, tensionando-o com os ruídos que ele provoca no presente (SALGADO; SOUZA, 2020b). É a partir dessa ferramenta analítica de apropriação do passado, em contraponto a uma perspectiva que produz forçosamente o esquecimento e o apagamento dos rastros na história, que esta dissertação se produz ao percorrer as narrativas de memórias de infância das pessoas participantes desta pesquisa.

O esquecimento, segundo Vandélir Camilo (2020), pode ser induzido de várias e diferentes formas, elas, no entanto, possuem um único objetivo: a perda de ideias, afetos. O autor, ao tecer o conceito de *necromemória*, para questionar os apagamentos sociais em relação às violências coloniais sobre os corpos negros, ajuda-nos a pensar como o esquecimento é produzido também na história de outros grupos sociais.

Sobre o conceito de *necromemória*, evidenciamos:

Fundamental é, antes de tudo, definir em que sentido estou utilizando o conceito *necro-memória*, já que o termo “necrose” remete às ciências biológicas e às questões que envolvem a morte de tecidos corpóreos ou de parte deles. Esta utilização está para além da dimensão patológica e desordenada da necrose: refiro-me, aqui, à morte ou esquecimento social por meio da qual determinada memória coletiva (grupal) é tornada necrosada, amortecida e, por conseguinte, torna-se fundadora de um projeto social, político, histórico, idealizado por setores de uma elite que busca abstrair partes de um processo de re-existências de algum grupo da história (CAMILO, 2020, p. 8, grifo do autor).

Posto isso, interessa-nos, nas narrativas aqui apresentadas, a disrupção, as fissuras e os embaraços, entendendo-os como uma resistência ao apagamento da história, em detrimento de um ideário de tempo coeso e de uma lógica linear de existência. Como argumenta Jeanne Marie Gagnebin (2013), trata-se “[...] da retomada salvadora pela

palavra de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento” (p. 2).

A crítica à linearidade histórica imposta pelo progresso, na qual o passado se encontra intocado e o presente se configura como uma projeção para um futuro ideal, nos permite a problematização de uma ideia de causalidade e nos oferece mecanismos para pensar as incoerências e as imprevisibilidades, em que o passado da infância não explica o presente do adulto.

### **1.3 Por uma estilística de existência singular: quem são os participantes da pesquisa?**

As pessoas participantes contribuíram com o processo de construção desta pesquisa ao narrarem suas vivências na infância marcadas por hostilidades, exclusões, conflitos, *bullying*, abandonos familiares e cerceamento de desejos e afetos. Vivências estas revisitadas com angústias, expressadas em apertos no peito, vozes trêmulas e silêncios, mas também com problematizações, questionamentos, reflexões políticas e a necessidade de narrar para se ouvir e não deixar esquecer.

Nossos primeiros contatos ocorreram no ano de 2020, na ocasião dos encontros do grupo de estudos “Infâncias Trans”<sup>6</sup> – realizado remotamente devido à pandemia de COVID-19 –, no qual ingressei com o objetivo de aprofundar os meus conhecimentos teóricos em relação às temáticas de gênero e sexualidade em intersecção com a infância. Ao convidar as participantes a contribuírem com o processo de pesquisa, elas, de prontidão e com muito afeto, aceitaram o convite.

Após o aceite do convite, enviei-lhes os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nos quais constavam informações, como: o programa de pós-graduação do qual eu faço parte, informações gerais sobre a temática pesquisada, o objetivo da pesquisa, como se dariam as entrevistas, em relação ao tempo de duração e ao local de realização – ou seja, a plataforma virtual que seria utilizada, e informações sobre seus direitos em relação à pesquisa. E, logo, os primeiros diálogos-entrevistas foram marcados, via *WhatsApp*, em dia e horário que seriam viáveis para mim e para cada participante.

Naquela ocasião, ainda permanecíamos em isolamento social devido à pandemia e os encontros presenciais se mostravam como uma realidade impossível, já que eu residia

---

<sup>6</sup> Grupo de estudos coordenado pelo Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

no Estado de Mato Grosso e es participantes nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Assim, todas as nossas entrevistas ocorreram de forma remota, via *Google Meet*, respeitando todas as regras sanitárias em proteção a minha saúde e des participantes. Fato este que, em primeiro momento, me causou frustração, já que, antes do contexto pandêmico, o desejo era que as entrevistas pudessem ocorrer presencialmente, porém o cenário mundial mudou e tivemos que encontrar alternativas possíveis e seguras para a realização da pesquisa.

Agnan foi a primeira entrevistada, sendo o nosso diálogo-entrevista três dias após o aceite do convite. No início da noite, no dia 13 de maio de 2021, eu e Agnan nos encontramos virtualmente para a nossa primeira entrevista. Inicialmente, nossa conversa estava marcada para às 20:00 horas (horário de Brasília), mas por conta de um previsto que tive, avisado antecipadamente à Agnan, que compreendeu e aceitou a mudança de horário, a entrevista foi adiantada em trinta minutos e iniciou-se às 19:30 horas.

Decidi começar a conversa perguntando um pouco sobre como tinha sido o dia de Agnan, o que ela tinha feito, como estava o clima na cidade dela, pois percebi que, assim como eu, Agnan estava um pouco tímida e parecia estar ansiosa. Falei um pouco do meu dia também, de como havia sido atarefado e do quanto estava fazendo calor na cidade em que eu estava. Fui percebendo que, aos poucos, ela estava se sentindo mais à vontade e, então, pedi para que ela falasse um pouco de si. Ao falar dos seus estudos, Agnan me contou que também está “um pouquinho com o pé na área de educação” (SIC), pois estuda a relação entre encenação e pedagogia.

A conversa encaminhou-se com a minha interpelação à Agnan: “eu queria que você me contasse um pouco sobre as vivências que você experienciou no seu corpo em relação a gênero, sexualidade na sua infância”, sendo possível ela relatar experiências em relação à família, religião e o bairro onde morava, como também das idas ao psicólogo – que a mãe, naquela época, justificava a necessidade de levá-la pelos problemas relacionados à dependência alcoólica do pai, mas que Agnan já analisava como uma interdição ao seu gênero e sua sexualidade. Pudemos compartilhar risos, histórias, vivências, afetos e silêncios. E como as imprevisibilidades fazem-se muito mais presentes no ambiente virtual, também pudemos experienciar oscilações na *internet* e falhas na videochamada, que, em determinado momento, nos impediram de continuar a entrevista, sendo necessário marcá-la para o dia posterior.

No dia seguinte, em mesmo horário, continuamos a conversa que durou um pouco menos, já que tínhamos dialogado bastante no dia anterior. Diferente da primeira

entrevista, tanto eu quanto Agnan demonstramos estar mais à vontade e a conversa fluiu de forma espontânea e, dessa vez, sem interrupções da *internet*. A entrevista, então, centrou-se sobre as interdições que ela havia sofrido no ambiente familiar, que tiveram como motivação a sua performance de gênero e sexualidade e terminou com Agnan falando sobre a sua irmã. Combinamos, então, que falaríamos sobre o contexto escolar na próxima conversa, que já deixamos marcada e nos despedimos com um “até segunda-feira, tchau” (SIC).

Antes do encontro, agendado previamente para o dia 17 de maio de 2021, Agnan entra em contato comigo por mensagem, via *WhatsApp*, para avisar que teria que remarcar-lo, pois, naquela mesma data e horário, ela teria outro compromisso, do qual não estava se recordando anteriormente. Digo que há, sim, a possibilidade de nos encontrarmos em uma outra data e, em seguida, pergunto se ela poderia no próximo dia. Agnan responde afirmando que sim e deixamos a entrevista agendada para às 19:30 horas – horário no qual sempre nos encontrávamos.

No dia seguinte, trocamos mensagens antes da entrevista com o *link* da sala da videochamada. Então, redirecionamo-nos para a sala e lá iniciamos a conversa com o gancho que deixamos da entrevista anterior: as vivências de Agnan no ambiente escolar. Ela relatou, sobretudo, violências verbais direcionadas por garotos, momentos estes dolorosos para ela. Dessa vez, termino a entrevista lembrando à Agnan que, como havíamos combinado, o nosso próximo encontro seria para que ela pudesse ter acesso à transcrição das entrevistas e para conversarmos um pouco sobre como haviam sido os nossos encontros anteriores. Despedimo-nos, mas sabendo que demoraríamos um tempo até nos encontrarmos novamente. Esse encontro ocorreu um mês depois. Falaremos dele mais adiante. Antes, falarei um pouco dos meus encontros com a segunda participante da pesquisa, Luísa.

Após aceitar o convite e assinar o TCLE, Luísa me perguntou se poderíamos agendar a nossa primeira conversa para a segunda quinzena de maio, data que ficaria melhor para ela, já que estava ocupada com as demandas do final de semestre na universidade. Respondi que sim e agendamos para o dia 19.

Por volta das 17:30 horas (horário de Brasília), eu e Luísa nos encontramos por videochamada. Começamos comentando sobre a diferença climática entre os lugares onde estávamos, ela em Gravataí – RS e eu em Rondonópolis – MT. Percebemos o contraste entre as temperaturas dos lugares, observando as vestimentas que usávamos, as quais demonstravam que, evidentemente, estávamos em regiões opostas do país. Em meio

aos nossos diálogos, Luísa comentou sobre o seu interesse pela temática de gênero e sexualidade e demos continuidade à conversa falando sobre relacionamentos familiares, afetivos e amorosos. Finalizamos comentando sobre o grupo de estudos do qual fazíamos parte e sobre o final de semestre de Luísa.

Na segunda entrevista, notei que Luísa estava mais confortável em relação ao contato que estávamos estabelecendo, ao perceber que as suas respostas curtas davam espaço a respostas mais longas, risos e descontração. Ela e eu chegamos em um ponto da conversa, no qual levantamos as seguintes inquietações, que aqui preferi trazer em formato de pergunta: todas as pessoas trans adultas vivenciaram a infância da mesma forma? Falar de infância de pessoas trans é o mesmo que falar de infância trans?

Se eu ainda não trouxe mais evidentemente estas questões neste texto, para falar da sua importância para a trajetória desta pesquisa, permita-me dizer agora. Essas são inquietações que me ajudaram a percorrer os caminhos das temáticas de gênero, sexualidade e infância e às quais arriscaremos responder ao longo desta dissertação, com a ajuda de Agnan, Luísa e Mar e dos(as) autores(as) com os(as) quais dialogamos.

E por falar em Mar, tentarei agora expressar em palavras os nossos encontros, que tiveram trocas de experiências, de teorias e de cuidados com animais de estimação. Elu carinhosamente me chamava de Jé, desde os nossos primeiros contatos, que aconteciam via *e-mail*, já que Mar estava sem *WhatsApp*.

Nossa primeira entrevista ocorreu em uma manhã no dia 14 de junho de 2021, às 11:00 horas (horário de Brasília). Mar me (des)territorializou – sirvo-me aqui do conceito de Guattari e Rolnik (1996) –, pois as nossas conversas se davam em linguagem neutra, em respeito à sua performatividade de gênero. Quando afirmo que o uso da linguagem neutra teve a potência de me (des)territorializar, estou falando muito do lugar que ocupo como pessoa cisgênera e que não tem amigos(as), familiares ou pessoas próximas que sejam não-binárias.

Mar me contou sobre suas paixões na adolescência, sobre as interdições de sua mãe em relação a seu convívio social, sua sexualidade e sua corporalidade; sua saída de casa aos dezessete anos para fazer faculdade em outra cidade; e o seu reencontro com sua pai, que elu não convivia desde os três anos de idade. Também falamos da forma cruel como os adultos tratam as crianças, lidam com os seus corpos, extraem seus direitos de escolha, fala e protagonismo. Rimos de situações engraçadas e estremecemos as vozes falando de situações violentas. Despedimo-nos com um “até quarta, beijos” (SIC).

Na quarta-feira, dia 16, no entanto, recebo uma mensagem de Mar, dessa vez no *WhatsApp*, avisando que tivera um imprevisto, que não era possível nos encontrarmos naquele dia e solicitando que eu enviasse uma mensagem para ele na próxima semana, para marcarmos uma nova data. Assim o fiz, enviei mensagem, via *WhatsApp*, para Mar. Mas, decorridas algumas horas, percebo que ele não havia recebido a mensagem e decido enviar-lhe um *e-mail*, pois suspeitava que Mar estava sem *WhatsApp* novamente. Escrevo: “Oi, Mar! Tudo bem? Estou entrando em contato para consultar a sua disponibilidade de dia e horário, para podermos realizar a próxima entrevista da sua participação na minha pesquisa de mestrado. Aguardo seu retorno. Desde já agradeço!! Abraços, Jéssica” (SIC) e Mar responde: “Oi Jé, bom dia! Tudo certinho e por aí? Vou te passar algumas opções e você me diz qual a melhor, tá? Hoje (23/06) às 13h ou amanhã (quinta 24/06) às 9h. Abraços, Mar” (SIC). Assim, deixamos marcado para o dia posterior.

Iniciamos nossa segunda entrevista comentando como tinha sido, para nós, os dias passados e, após isso, recebo um elogio de Mar sobre o brinco que eu estava usando. Não costumo usar brincos grandes, mas naquele dia resolvi colocá-los e Mar logo percebeu. Comentamos também sobre os problemas que ele estava tendo com o aplicativo *WhatsApp* em seu celular e, em seguida, fomos obrigados a interromper por alguns minutos a entrevista, pois o meu gato estava aprontando pela casa. Rimos da situação e Mar demonstrou compreensão ao afirmar que também tinha gatos(as) em casa e que era comum eles(as) subirem nos móveis e derrubarem as coisas. A conversa continuou com ele falando de suas vivências escolares, que tiveram como maior atravessamento a gordofobia, vinda por parte de outras crianças, como também de professores. A entrevista terminou aí e nos despedimos.

As últimas entrevistas de Agnan, Luísa e Mar ocorreram nos dias 28 de junho, 02 de julho e 24 de agosto, respectivamente. Reservamos esse espaço para que os participantes pudessem ter acesso à transcrição das conversas e expressar seus afetos em relação a sua participação na pesquisa. Foram entrevistas bem curtas, devido a outros compromissos das participantes – Luísa estava em um processo de mudança de casa e Mar passando por um processo admissional –, mas que, mesmo pela duração do tempo, não deixaram de ser potentes. Pudemos revisitar afetos mobilizados pelas entrevistas e levantar novas inquietações.

Preferi falar em conjunto dessas últimas entrevistas, pois acho importante destacar os pontos semelhantes nas narrativas, que, embora expressem experiências vividas por

peças diferentes, em contextos sociais e territoriais diferentes, dizem de um lugar comum em relação à experiência de gênero e sexualidade. Todas elas afirmaram algum tipo de desconforto ao lembrar suas infâncias durante a pesquisa, muitas delas envolvidas em situações de violência, hostilidade, interdição, cerceamento, mas também apontaram a potência ao conseguirem narrar e refletir sobre elas. Outra questão convergente nas últimas entrevistas foi o relato das participantes em não conseguirem se recordar de muitos acontecimentos na infância ou como as suas experiências em torno da transgeneridade haviam sido “tardias”.

Esses são pontos importantes neste texto, pois levam-nos a duas questões centrais desta pesquisa: a memória como possibilidade de reflexão política sobre o passado; e a crítica à uma perspectiva que centra a infância como um “marco zero” da transexualidade, em uma busca incessante por “uma transexualidade embrionária, gestacional, uterina, que se dá nos primeiros anos de vida, quando não nos primeiros meses” (FAVERO, 2020, p. 58).

Assim, após contarmos um pouco sobre o percurso das entrevistas, iremos apresentar cada participante por meio de suas narrativas e pela forma como elas escolheram contar suas próprias memórias, permeadas por difusões, avessos, complexidades e infinitas possibilidades de uma vida regida por regimes de inteligibilidade e agências de prazer e afeto. Interpeladas pela pergunta: “me conta um pouco sobre você e como vivencia no seu corpo as questões de gênero, sexualidade e raça/etnia” (SIC), feita por mim no início das primeiras entrevistas, Agnan, Luísa e Mar compartilharam um pouco sobre quem são elas.

### 1.3.1 Agnan

Agnan tem vinte e sete anos, é uma mulher trans, negra e heterossexual, nascida em Paraguaçu Paulista, pequena cidade localizada no interior de São Paulo, composta por aproximadamente 45 mil habitantes. É formada em Artes Cênicas pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR e, atualmente, é mestranda no mesmo curso, na Universidade de São Paulo – USP.

Por conta da pandemia do COVID-19, Agnan não se encontra em São Paulo. Devido às restrições sanitárias, os prédios da universidade foram fechados e ela retornou para a região metropolitana de Curitiba, onde reside com a mãe e a irmã mais nova.

Agnan é apaixonada por teatro e contou que a sua relação com o palco e brinquedos teatrais, como marionetes, iniciou-se aos cinco anos de idade. Ela relatou

também que a forma como o teatro a proporcionou entender-se, primeiro como um homem gay e, posteriormente, como uma mulher trans foi um bônus da sua relação com as artes. Agnan acredita que o teatro tem esse papel de campo de experimentação.

Ela relatou também que começou a questionar a sua performatividade de gênero após o seu ingresso na faculdade, quando os professores começaram a interpelá-la sobre o seu gênero. Aos vinte e cinco anos, começou o seu processo de transição.

Segundo ela, as questões de gênero, por muito tempo, permaneceram recalçadas na sua história, mas que se manifestavam o tempo todo por meio dos seus gestos, gostos e desejos, os quais eram interpelados por interdições e repressões, seja na escola ou na família.

Além disso, ela recorda que o uso livre de seus desejos e afetos também era cerceado pela religião, com a qual, por muito tempo, esteve envolvida. Frequentar uma igreja e uma escola na comunidade, em uma cidade interiorana, instituições nas quais circulavam as mesmas crianças e adolescentes, contribuiu para a sua forma de ser e se expressar marcada pelas normas cisgêneras e heterossexuais. Viver sob o regime compulsório dessas normas passou a ser questionado depois que ela ingressou na faculdade de Artes Cênicas, quando se deparou com outras possibilidades de vivenciar as feminilidades e as masculinidades, que, até então, não lhe parecia possível.

Ela contou que durante toda a sua infância e adolescência o seu ciclo de amizades era constituído apenas por meninas, fazendo-a sofrer, por todo o período escolar, momentos de hostilidade vindos dos meninos, os quais se manifestavam por meio de deboches ou apelidos violentos.

### 1.3.2 Luísa

Estudante do terceiro semestre de Psicologia, primeira filha entre três irmãos(as) e natural de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, Luísa tem vinte e dois anos e se identifica como uma pessoa branca e não-binária. Inicialmente, Luísa entendia-se como uma mulher trans, porém, ela afirma que foi migrando para uma identificação não-binária e, atualmente, possui grande apreço pela performatividade travesti, identificando-se, então, como travesti não-binária<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Optamos pela não utilização da linguagem neutra na narrativa de Luísa, pois, ao reportar a si, ela utiliza o gênero feminino. Assim, escolhemos também o gênero feminino ao falar dela, em respeito à forma como ela narrou a sua história.



Em relação a sua sexualidade, ela disse não se ver contemplada por nenhuma nomenclatura, pois, para ela, enquanto pessoa trans, as sexualidades vigentes não fazem sentido, mas ela ainda afirmou que poderia encaixar-se como pansexual ou bissexual.

Ela percebe que, mesmo que sua expressão de gênero estivesse alinhada à cisgeneridade na infância, a sua performatividade destoava das demais, mas que, naquela ocasião, isso não era evidente para ela, já que a possibilidade de transitar pelas fronteiras de gênero e sexualidade também não era inteligível.

Ela apontou que seu grupo de amigos durante toda a infância era constituído por meninos, mas que ela não se sentia parecida com eles em relação aos aspectos de virilidade que eles performavam, fazendo-a divergir dos garotos do seu entorno e, conseqüentemente, sofrer ameaças e exclusões.

Ambientes, como a escola, sempre foram violentos para Luísa, levando-a a ser hostilizada, pois o seu corpo não se apresentava e nem era visto como os demais. Porém, ela disse que sempre gostou dos incômodos que sua performance de gênero e sexualidade causava nas outras pessoas. Luísa reflete que as microintervenções e instabilidades que sua corporalidade provocavam desde a infância convergem com a sua identificação enquanto pessoa trans atualmente.

### 1.3.3 Mar

Natural de Bertioga, cidade localizada no Estado de São Paulo, na região metropolitana da Baixada Santista e composta por aproximadamente 59 mil habitantes. Mar tem vinte e dois anos, é uma pessoa trans não-binária, branca, gorda e pansexual. Atualmente, encontra-se enquanto estudante de Psicologia, na Universidade Paulista, é vice-presidente da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP Parcel, membro<sup>8</sup> graduante da Organização Mundial para saúde de pessoas trans, faz parte da Articulação Nacional de Psicólogues Trans e coordena o projeto Sobreviver, que oferta atendimento para pessoas LGBTQIAP+ a valor social ou gratuito. Antes de cursar Psicologia, Mar também frequentou o curso de Ciências Sociais, porém mudou de universidade por ter sofrido transfobia da instituição.

---

<sup>8</sup> A utilização da linguagem neutra na narrativa de Mar tem como referência o documento “Linguagem neutra de gênero: por que e como usar?” (2020), desenvolvido por ela e o “Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa” (2020), desenvolvido por Gioni Caê. Justifica-se a escolha pela linguagem neutra visando a garantia e a preservação dos direitos de participante, com base na Resolução nº 510/CNS/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Mar afirmou que durante a sua infância, ele apresentava uma performance de gênero esperada pelos padrões da cisgeneridade, por isso, não considera que foi uma criança trans, pois, segundo ele, as suas vivências foram diferentes de uma criança trans. Porém, ele percebe que, em relação à sexualidade, suas experiências já destoavam daquilo que lhe foi compulsoriamente designado a partir do seu gênero de nascimento.

Apesar de considerar a sua vivência de gênero, na infância, dentro dos padrões, Mar apontou que a considera marcada por violências, pois sua “conformidade” foi algo ensinado, então ele se comportava da maneira como havia sido educado. Ele era instruído sobre como seus gostos e desejos deveriam se orientar e, mais ainda, escutava sobre quem não deveria ser.

Mar também relatou que, no ambiente familiar, as interdições em relação ao seu corpo se davam de diversas formas, tanto em relação às suas vestimentas e sua aparência, quanto aos ambientes que frequentava e às crianças com quem convivia. Ele era impedido de socializar com crianças consideradas “inconformes” e que, ao mesmo tempo, as crianças “conformes” rejeitavam-ne.

Segundo ele, seu corpo desde a infância era visto enquanto fora dos padrões estéticos vigentes, sendo este o seu maior atravessamento e fazendo-o sofrer gordofobia tanto em espaços familiares quanto escolares e, conseqüentemente, inúmeras mudanças de colégio.

Em casa, Mar cresceu como filho único da sua mãe, morando apenas com ela e com sua avó. Ele se recorda de vários episódios de gordofobia que sofreu nesse ambiente, onde as interdições se voltavam para o tamanho do seu corpo e como ele se moldava.

## 2 NA CONTRAMÃO DA NORMA, O QUE CONTA COMO VIDA?

Nomeiam-se os sujeitos como meninos ou meninas antes mesmo do nascimento. Comunicam, a partir de um exame de ultrassom, o sexo e, compulsoriamente, o gênero. Assim, em um primeiro momento, o gênero aparece para nós por meio da linguagem, quando anunciam que somos menino ou menina, em uma marcação binária atribuída sobre os sexos dos corpos. Então, antes de pensarmos sobre os gêneros ou mesmo refletirmos sobre o funcionamento das normas, somos interpelados(as) por uma nomeação dicotômica de gênero.

Butler (2008; 2018) afirma que essas produções discursivas trazem à existência um conjunto de efeitos que elas nomeiam. Para a autora, o conceito de gênero deve ser compreendido enquanto *performatividade*, ou seja, as várias formas de nomear os modos de corporificação ou reprodução das normas, produzindo, em última instância, corpos inteligíveis e aceitos socialmente e corpos ininteligíveis e abjetos. Sobre o conceito de performatividade, Butler (2018) aponta:

A performatividade caracteriza primeiro, e acima de tudo, aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência (BUTLER, 2018, p. 24).

Os corpos, então, são produzidos em um sistema cisgênero e heteronormativo das existências, o qual institui e mantém regras de linearidade e coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, qualificando, portanto, vidas enquanto possíveis e também aquelas vidas cuja materialidade não é reconhecida (BUTLER, 2002a; 2002b).

[...] os aspectos de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2018, p. 38, grifos da autora).

Nessa perspectiva, Paul B. Preciado (2014) provoca-nos a pensar o corpo como “um texto socialmente construído” (p. 26) e o sistema sexo/gênero como um “sistema de escritura” (p. 26), que inscreve nos sujeitos códigos cisgêneros e heteronormativos por meio de processos de repetição e recitação, para que estes se tornem e se instituem como naturais (PRECIADO, 2014). É no campo social que os sujeitos são significados e classificados conforme os estatutos de sujeito (BUTLER, 2015a).

Essas fronteiras ontológicas e discursivas, alicerçadas em uma ordem cisheteronormativa, inteligível, binária e dicotômica da vida, instauram e regulam limites corporais e processos de normalização dos sujeitos. Giancarlo Cornejo (2020) arrisca-se a dizer que, nesse cenário de impasses, o que é disputado é a própria vida humana, sendo essa uma categoria produzida por uma série de conflitos políticos e longe de estar ligada a qualquer essencialismo biológico.

A materialização dos corpos, porém, nunca é arbitrária e completa. Os corpos escapam e não se conformam às fronteiras impostas. Estes, porém, são vistos e nomeados como ameaça à coerência desse sistema, sendo, então, classificados como seres abjetos, ou seja, sujeitos que não são reconhecidos enquanto tais, mas que formam o exterior constitutivo daquilo que é entendido como sujeito (BUTLER, 2002b). A norma produz o abjeto como “aquilo que não se deve ser ou se parecer” e assim, institui formas homogêneas de ser e viver.

Assim, segundo Butler (2008), a abjeção “designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece” (p. 190-191). É dito para alguns sujeitos: sua existência é monstruosa, sua forma de desejar e amar é anormal, conseqüentemente, impõe-se a outros: há apenas um jeito de existir.

A matriz que funda os sujeitos em inteligíveis e abjetos opera por uma lógica de repetição e estilização dos atos nos corpos, o que significa dizer que, nesses processos de repetição da norma, “alguma coisa sempre pode dar errado” (BUTLER, 2018, p. 26).

A repetição é, destarte, condição para a desconstrução da norma, uma vez que é nela que se produzem os deslocamentos; as fissuras; as cópias não identificadas, não completas, rasuradas; os sujeitos outros fabricados na/pela experiência de si. Desse modo, as mesmas regras que restringem também mobilizam formas alternativas de vida que contestam as classificações, as hierarquias e os códigos existentes - fazendo multiplicar as configurações dos corpos, dos sexos, dos gêneros, das sexualidades (BRAGA, 2010, p. 6-7).

A falha, como aponta Preciado (2014), é característica constitutiva do sistema cisheteronormativo, já que as normas compulsórias de gênero e sexualidade são inalcançáveis. Sendo assim, todas as inconformidades, por mais pequenas que sejam, devem ser “corrigidas” e todas as abjeções devem operar como “desvios” que confirmam as regras de normalidade vigentes (PRECIADO, 2014).

Dado que aquilo que se invoca como “real masculino” e “real feminino” não existe, toda aproximação imperfeita deve se renaturalizar em benefício do sistema, e todo acidente sistemático deve operar como a exceção perversa que confirma a regra da natureza (p. 29-30).

Desse modo, a norma não se estrutura sem o seu abjeto. Butler (2002a) convoca-nos a refletir que, ao passo que os seres abjetos apontam as fronteiras dos binarismos, eles também possibilitam a produção desses mesmos binarismos. O que significa dizer que, para a norma se constituir enquanto tal, é necessário que exista o seu avesso, ou seja, tudo aquilo a que se direciona o repúdio.

Por meio dessa perspectiva de análise, alguns questionamentos podem ser feitos com base nos estudos de Butler (2002b; 2015a): quais vidas são consideradas vidas? Quais existências são classificadas como possíveis? Quais corpos são inteligíveis e quais não são? Quais vidas são desqualificadas para se manter o que se valida como uma vida aceita? Cornejo (2010), ao propor uma discussão sobre uma guerra declarada a meninos afeminados, nos fornece pistas que nos ajudam a pensar estas questões. Segundo o autor, a indeterminação de gênero causa um terror, pois coloca os sujeitos em uma posição de abjeto inquietante.

Desnaturalizar a cisgeneridade e a heteronormatividade, então, é parte de um processo de problematização das hierarquias de inteligibilidade em que são lidos os gêneros, as sexualidades e as corporalidades (V., 2016), ao passo que expõe as diferentes formas de existir no mundo, em que outras possibilidades de desejos e afetos são possíveis.

## **2.1 “Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”: a cisheteronormatividade como pedagogia**

As várias formas de ser/estar, sentir e desejar são reiteradamente ensinadas, sugeridas e promovidas, por meio de um inesgotável conjunto de aprendizagens e práticas incitadas por diversas instituições sociais (LOURO, 2000), sendo os gêneros e as sexualidades instâncias privilegiadas de vigilância e controle, como também de investimento (FOUCAULT, 1988).

Partindo dessa perspectiva de análise, Guacira Lopes Louro (2000) afirma que os sujeitos são alvos, desde muito cedo, das diversas tecnologias de governo e disciplinamento, as quais impõem comportamentos, práticas, desejos, afetos e prazeres diferentes para os corpos. Dessa forma, os gêneros são produzidos o tempo inteiro (BENTO, 2014).

Essas tecnologias, por sua vez, sustentam discursos que operam em todo plano social. É dito: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” e “menina será princesa e menino será príncipe”, como anunciou, em 2019, Damares Alves, atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, em um momento que “comemora” uma “nova era no Brasil”.

As tentativas de normatização e o ataque às dissidências sexuais e de gênero não são recentes em um governo que nega e viola os direitos de pessoas LGBTQ+ de coexistirem no mundo. Em outro momento, o atual presidente da República disse que “usar máscara é coisa de viado”, referindo-se ao uso de máscaras, por homens, como forma de proteção à Covid-19 – doença contagiosa causada pelo novo Coronavírus<sup>9</sup>.

É construída uma narrativa de ataque às vidas dissonantes, de imposição de formas hegemônicas de existência, bem como de uma tentativa de manutenção de um ideário branco, heterossexual, cisgênero, burguês e cristão, em que a família, as crianças e a tradição são supostamente defendidas, em detrimento da violência a todas as outras pessoas consideradas “fora dessa lógica” estabelecida.

Tomando como panorama de análise o contexto brasileiro em relação às questões de gênero e sexualidade, destacamos as discussões em torno de uma suposta “ideologia de gênero”, motivadas pela implantação dos planos de educação. Junto a essa narrativa, somaram-se a falácia do “kit gay” e o projeto “Escola sem Partido”, os quais Rogério Diniz Junqueira (2018) qualifica como uma “retórica reacionária antigênero” (p. 452). Segundo o autor, é no campo da educação que esses movimentos têm encontrado mais facilidade para disseminar os discursos em “defesa da exclusividade da família na educação dos(as) filhos(as)” e os ataques à liberdade dos(as) professores(as). Tendo como justificativa a “proteção” das crianças, esses projetos políticos conservadores apelam à comoção social e ao temor da sociedade, quando promovem a errônea ideia de que as questões de gênero e sexualidade seriam um “perigo” (NASCIMENTO et al, 2020).

Em paralelo a isso, acompanhamos também a partir da década de 2000, no Brasil, um aumento nas produções acadêmicas no que diz respeito aos estudos de gênero e sexualidade, desmitificando as falácias sobre uma “suposta ideologia”, bem como reivindicando os direitos dos sujeitos dissidentes e contrapondo os discursos tidos como hegemônicos (PISCITELLI, 2014).

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.coronavirus.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

Contestar a norma, como ela se apresenta, consiste na desnaturalização, então, de determinados códigos de existência que se apresentam como existentes *a priori*. Viviane V. (2014; 2016) reforça a importância de nomear os regimes de inteligibilidade, notadamente a cisgeneridade, para que seus aspectos naturalizados e normalizados sejam desmantelados e sua suposta superioridade em relação a outras formas de vida seja questionada. Segundo a autora, a *cisgeneridade* pode ser conceituada como:

[...] um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgêneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgêneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque essa posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans, por exemplo (V., 2014, p. 16).

Nessa mobilização de nomear a norma como um processo importante para sua desestabilização, Amara Moira (2017) registra que o termo “cis” surge somente setenta anos após a emergência do termo “trans”. Isso demonstra que, por muito tempo, a norma não esteve em contestação, pois se apresentava como “parte da natureza” e, por isso, inerente aos sujeitos. Nomeavam-se os “desvios”, ou seja, tudo aquilo que era tido como “antinatural”.

Sobre a importância de dar nome à norma, Moira (2017) argumenta:

E, se existimos, com direito a nome inclusive, as pessoas que não são nós (e a partir das quais fomos nomeadas “trans”) talvez precisassem de um nome também, um nome não que lhes desse existência (afinal, quem cogitaria duvidar que, por não terem nome, inexistem?), mas sim um que explicitasse a razão de nos terem definido enquanto quem cruza, traspassa (trapaça?), transgride uma certa linha, a saber, aquela que separa homem de mulher. A nomeação daquilo que seria não-trans, não-nós, surge duma necessidade muito nossa, de percebermos com cada vez mais clareza que a insuficiência daquilo que dizem que somos tem que ver, sobretudo, com a recusa em se situarem, em dizerem quem são, ao falarem de nós, dado que são essas as pessoas majoritariamente que falam de nós, por nós: se lhes damos um nome, “cis”, é para entender melhor do olhar que primeiro nos concedeu existência, do olhar que, hoje, começa a nos deixar existir (p. 367).

A cisgeneridade, para além de uma identidade, afirma Sofia Favero (2020), também se constitui como um modo de subjetivação que esconde sua própria montagem,

o que significa dizer que a ela é dado, historicamente, o status de “natureza” e “verdade” e por isso, incontestável.

Nessa perspectiva de análise, Viviane V. (2014; 2016) pensa, a cisgeneridade a partir de três eixos de fundamentação: a pré-discursividade, em que o gênero está compulsoriamente ligado ao sexo do nascimento; a binariedade, que exclui todas as outras expressões e possibilidades de existência; e, a permanência, que supõe que a cisgeneridade seja permanente na vida das pessoas.

A autora, então, entende a cisgeneridade enquanto uma categoria analítica interseccionada com outros dispositivos de poder, que apoiam e sustentam um projeto colonialista de produção de normatividades eurocêntricas (V., 2014; 2016).

Estas vivências e corpos contemporâneos, assim, atravessadas pelas heranças dos séculos de colonizações europeias, são socioculturalmente significados a partir da ideia de que os padrões cisgêneros de corpos e vivências de gênero são os naturais e desejáveis. Ou, posto de outra maneira, a cisgeneridade é um conceito composto pelas compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero tidas como naturais, normais e biológicas, que são por sua vez as compreensões que fundamentam as leituras sobre vivências e corpos em termos de gênero. E assim, portanto, considero pensar a cisgeneridade como um exercício que deve levar em consideração as associações entre este projeto colonial de gênero e os projetos racistas modernos (V., 2016, p. 61).

Pensando em categorias analíticas interseccionadas, propomo-nos a levantar reflexões em torno do conceito de heterossexualidade, o qual está diretamente ligado à produção de gêneros, sexualidades e corporalidades normativas, em um sistema que Gayle Rubin (1993) nomeia como *sexo/gênero*.

A sexualidade, então, como postula Michel Foucault (1988), é um dispositivo histórico, o que significa dizer que, longe de ser natural e pessoal, ela é social e política, produzida a partir dos diversos discursos em torno do sexo. Nesse sentido, “verdades” são historicamente construídas sobre o que seria uma sexualidade “normal” em contraponto a uma sexualidade “desviante” ou “patológica”.

Nesse jogo de poder, a heterossexualidade desponta como universal e referência às outras possibilidades de vivenciar os desejos e afetos, ao passo que tudo que foge a essa lógica é marcado, classificado e marginalizado (LOURO, 2000). É instituído: seja ou se pareça heterossexual. Encontramos em Adrienne Rich (2010) a problematização da heterossexualidade como sendo uma instituição política, que organiza modos de existências que possuem mais ou menos acesso a instâncias sociais de direito.



Corpos *straight*: é assim que Preciado (2011) nomeia os corpos que estão em coerência com a heterossexualidade. Segundo o autor, em uma leitura de Monique Wittig e de Michel Foucault, a heterossexualidade pode ser entendida como uma tecnologia biopolítica que produz e regula corpos a corresponderem a um modelo inteligível de gênero e sexualidade. Essa ordem acompanha os sujeitos desde o nascimento, tendo referenciais diferentes para meninos e meninas e tornando-os(as) corpos opostos e complementares, em uma justificativa de reprodução e progresso da nação e sob ameaça de violência e morte, como sinaliza Preciado (2013).

Dessa forma, a cisheteronormatividade apresenta-se enquanto uma normativa que ordena e regula as existências por meio de uma matriz cisgênera e heterossexual, em que os corpos sexuados são fabricados a corresponderem compulsoriamente a binarismos hegemônicos de gênero e sexualidade. Nessa lógica, é instituída e universalizada uma noção de normalidade em contraponto a uma noção de patologia, naturalizando subjetividades conformes e subalternizando subjetividades transgressoras.

Essa normatização dos sujeitos, como aponta Favero (2020) ressoa em práticas clínicas de saberes médicos e psis, configurando o que a autora nomeia como cosmologia cisnormativa. Para a autora, a cosmologia cisnormativa é atravessada por três fatores centrais: tratar, investigar e diferenciar, de modo que pessoas trans se tornam demandas clínicas, submetidas a tratamentos terapêuticos pautados em um “vício etiológico” (FAVERO, 2020).

[...] quando se entende que a procura por um “berço” generificado tem afetado mais os sujeitos LGBTs do que aqueles que se encontram fora da sigla, é porque localizar a diferença “na diferença” é uma estratégia capaz de dobrar o estigma. Não se investiga, ao menos não na mesma intensidade, identificar em “qual momento” as pessoas começam a ser heterossexuais ou cisgêneras, pois tais marcadores necessitam dessa ausência de sindicância para que permaneçam normativos. O caráter da norma é o de permanecer invisível (RIBEIRO, 2017). Ainda assim, a tríade (tratar, investigar e diferenciar) não opera de maneira separada. Essa distinção funciona apenas em termos pedagógicos, para destrinchar um processo que funciona muito mais concomitantemente do que de maneira fracionada (FAVERO, 2020, p. 55).

Seguindo essa análise, a autora questiona a incessante busca pela “matéria” da transexualidade e considera que a cisgeneridade fabrica o gênero e busca, a todo tempo, esconder a sua própria fabricação. Dessa forma, é problematizada a ficção que rege a categoria “gênero”, pois não existem gêneros “verdadeiros” e gêneros “falsos”. Dito de

outra forma, Favero (2020) pergunta: “não seríamos todos ficcionais em termos de masculinidade e feminilidade?” (p. 68).

Essa perspectiva vai na contramão a uma linha de pensamento que organiza os sujeitos como “verdadeiros” e conseqüentemente o seu oposto, os sujeitos “falsos” (FAVERO, 2019), ou como afirma Butler (2008), a própria norma cria o seu avesso, a abjeção, a partir de uma matriz, que Viviane V. (2016) nomeia como inteligibilidade cisgênera e heterossexual, fazendo uso de um conceito butleriano.

Ainda perdura em nossa sociedade uma percepção sexista – oriunda de uma visão limitante sobre o ser humano, porém reproduzida acriticamente em boa parte das mídias – de que algumas pessoas são legítimas, outras não. Dentre estas são enquadradas as pessoas trans. Essa concepção não é inócua e tem estimulado a negação de vários corpos e, conseqüentemente, uma negação de humanidade. E no caso em particular das mulheres trans, uma desvalorização de sua “mulheridade”, da sua condição de mulher, como se fossem menos mulheres do que as cisgêneras/cis (que não são transgêneras/trans) (JESUS, 2018, p. 12-13, grifos da autora).

Na linearidade entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, conceituada por Butler (2008), Viviane V. (2016) afirma que a cisgeneridade se localiza na relação dialógica entre os dois primeiros pontos dessa linha – sexo e gênero – e a heterossexualidade entre os dois últimos pontos – desejo e práticas sexuais –, criando supostas coerências normativas e regulatórias sobre os sujeitos.

Para que a norma se estabeleça, enquanto produtora de corpos coerentes e incoerentes, diversas são as instâncias e instituições sociais responsáveis pela sua inculcação e manutenção, por meio de uma incessante e permanente educação dos corpos (LOURO, 2000). Partindo dessa perspectiva analítica, podemos, então, pensar os gêneros e as sexualidades como pedagogias, tal como nomeia Guacira Lopes Louro (2000).

Segundo a autora, instâncias, como a família, escola, igreja, mídia e lei, investem cotidianamente na produção de subjetividades e práticas hegemônicas, realizando uma pedagogia nos corpos dos sujeitos para que estes se apresentem enquanto “coerentes” e “adequados” na esfera social (LOURO, 2000). Essa pedagogia inicia-se desde a mais tenra idade e permanece durante toda a vida, de múltiplas e diferentes formas.

O mundo infantil se constrói sobre proibições e afirmações. Essa pedagogia dos gêneros hegemônicos tem como objetivo preparar os corpos para a vida referenciada na heterossexualidade, construída a partir da ideologia da complementaridade dos sexos (BENTO, 2011, p. 551).

Os sujeitos, no entanto, não são receptores passivos dessa produção. Eles participam ativamente da construção das suas subjetividades e nas formas de ser ou viver seus gêneros e sexualidades (LOURO, 2000), sendo o gênero um exercício de liberdade (BUTLER, 2018). Dito de uma outra forma, argumenta-se que, mesmo os sujeitos sendo produzidos por essas pedagogias, eles provavelmente podem reivindicar e exercer os gêneros e as sexualidades de maneira livre, sendo possível, então, mudar discursivamente as fronteiras ontológicas que demarcam a inteligibilidade (BUTLER, 2018).

Transitar pelas fronteiras de gênero e sexualidade, como afirma Flávia Teixeira (2012), é ameaçador, pois coloca em xeque o que é posto como “natural” e “universal”. Isso, porém, não acontece sem que haja repressões, cerceamentos e até mesmo “punições”, sejam elas simbólicas ou materiais.

Márcio Neman do Nascimento et al. (2020), a partir de uma perspectiva foucaultiana, coloca-nos uma questão: seriam os sujeitos transgressores, então, *parrhesiastas*, já que a verdade dos seus corpos lhe custa a própria vida? Segundo os(as) autores, os sujeitos *parrhesiastas* podem ser conceituados como aqueles que possuem coragem de falar sobre si e apresentar posicionamentos de resistência, mesmo que isso ocasione riscos às suas próprias existências.

Poderíamos, assim, pensar os corpos desses sujeitos como corpos políticos, à medida que questionam os binarismos de gênero e as fronteiras da inteligibilidade e escolhem para si enquadramentos de confronto, a partir da visibilização da própria carne (MARACCI; FAVERO; MACHADO, 2019).

## **2.2 A produção cultural dos corpos transgressores**

Como argumentamos durante outros momentos do texto, os corpos só ganham sentido em um contexto sócio, histórico, político e cultural, sendo, portanto, construções sociais, produzidos em um cenário de disputas de saber-poder-prazer. Compreender seu significado histórico, é, dessa forma, evidenciar seu caráter não essencial (WEEKS, 2000).

Isso não significa, entretanto, que estamos negando a sua materialidade ou constituição biológica. O que propomos, apoiando-nos nos estudos de Butler (2000), é a sua desnaturalização, a partir da problematização de uma suposta verdade absoluta e estática, que demarca os sujeitos em esquemas binários de existência. Para Louro (2004), enfatizar os processos culturais pelos quais os corpos são construídos, é colocar em xeque os discursos que classificam, ordenam, hierarquizam e definem os sujeitos.

Porém, os sujeitos não aceitam passivamente essas nomeações e significações sobre seus corpos, eles resistem e se veem o tempo todo subvertendo as normas, desestabilizando as fronteiras e criando novos sentidos para as suas existências. Nesse contexto, o que procuramos evidenciar, como sugerem María Elvira Díaz-Benítez e Amana Mattos (2019), é que as marcas de gênero, sexualidade, raça, corporalidade, classe social e territorialidade promovem também potencialidades, conexões e estilísticas de existência.

Sobre isso, encontramos nos estudos de Wiliam Siqueira Peres (2014):

Esses processos de subjetivação individualizadora-normatizadora apesar de muitas vezes se mostrar como absoluta e universal se esbarra em outros processos que também participam da feitura dos sujeitos em uma perspectiva que dá passagem para que devires outros produzam expressões humanas diversas e que indicam de uma vez por todas que o ser humano, ao contrário dos processos de subjetivação individualizadora, que toma o sujeito como tendo um único corpo, um único sexo, um único gênero, um único psiquismo, se compõe pela multiplicidade, pela diversidade que atesta a diferença em sua positividade (p. 332-333).

Dessa forma, ao tecer as nossas análises interessa-nos os agenciamentos, os processos pulsantes e desejanter que potencializam a vida e a torna vivível e prazerosa, tendo a infância e o gênero como campos possíveis de experimentação de si, em suas multiplicidades e singularidades. Trata-se em pensar esses dois campos, sem ligá-los, compulsoriamente, a uma identificação de criança trans (FAVERO, 2020), pois onde estariam, nessa díade, as crianças travestis, viadas, pintosas, monstruosas, dissidentes e tantas outras possibilidades de existência? Elas, em contrapartida, são apagadas em detrimento de um diagnóstico de transexualidade na infância (FAVERO, 2020).

Não é nosso propósito, no entanto, negar a existência de crianças trans, como fazem determinados setores conservadores. Elas existem. O que propomos, no entanto, é dar visibilidade a outras experiências que também se fazem presentes na infância, para além da oposição cis/trans. Sofia Favero e Paula Machado (2019) ajudam-nos a pensar estas questões:

Pensar infância e gênero é uma atividade que exige abrir mão do modo tradicional de interrogar. Mas o que queremos dizer com isso? Alguém que passou pela adolescência, vida adulta e somente quando mais velho decidiu transicionar, teria sua infância interpretada como trans? Ou então, alguém que na infância chegou a ser diagnosticado como transexual, mas que ao longo da adolescência decidiu rever essa decisão, deixaria de ter sido uma criança trans? Parece a nós que tais

perguntas revelam a necessidade de discutir infância e gênero através de um outro funcionamento (p. 120).

Voltemos, então, a algumas inquietações centrais desta pesquisa: todas as pessoas trans adultas vivenciaram a infância da mesma forma? Falar de infância de pessoas trans é o mesmo que falar de infância trans? Favero e Machado (2019), ao discutirem o funcionamento dos diagnósticos de transexualidade na infância, apontam o quanto é problemático o uso da categoria diagnóstica ao engessar experiências subversivas classificando-as essencialmente como “trans”. As autoras chamam atenção para a forma como têm sido abordadas as questões de gênero na infância, a partir da estabilização e da homogeneização das experiências, criando um tipo específico e possível de gênero.

Entretanto, não é nosso foco aqui discutir profundamente as questões em torno da produção de diagnósticos da transexualidade na infância, interessa-nos problematizar, mais extensivamente, a ideia de unidade nas experiências vivenciadas na infância, de pessoas, que no presente, se autoidentificam como trans. Trata-se de conceber a infância e o gênero por meio das suas multiplicidades, possibilidades, diversidades e singularidades, sem que sejam vistos, compulsoriamente, a partir da díade infância-trans.

Favero (2020) coloca-nos uma provocação:

[...] é recorrente falarmos em criança trans como algo colado, como uma grande palavra de muitas sílabas – criança trans. E todos/as parecem estar falando a mesma coisa [...] estranhar a autoevidência da categoria “crianças trans” é pensar o que fez com que ela fosse estabelecida como universal. Afinal, por que um sinal de “diferença” na infância denotaria transexualidade? (p. 153-154).

Trazer essas questões para o debate é visibilizar e potencializar as infâncias viadas, transgressoras, dissidentes, travestis, monstruosas e diferentes. É fazer emergir as experiências de pessoas que transicionaram na vida adulta e que, mesmo no passado não sendo crianças trans, tiveram experiências dissonantes da cisgeneridade. É colocar-nos na contramão de uma perspectiva que pensa as infâncias e os gêneros de forma uníssona, linear e cristalizada.

Assim, perguntamos: nessa dupla captura da infância e da transexualidade, onde estariam as outras possibilidades de existência? Trazer para o debate outras infâncias significaria não apenas romper com as investidas nosológicas, já que estas ainda não foram capturadas pelos saberes e discursos científicos e legais, mas também significaria expor as precariedades às quais essas infâncias encontram submetidas (FAVERO; MACHADO, 2019).

Voltando à pergunta anterior sobre a emergência de outros modos de vidas singulares na infância, trazemos para o debate alguns pontos que se encontram em disputa. Lembramo-nos, então, do blog criado em 2012 pelo jornalista Iran Giusti, na plataforma virtual Tumblr, chamado “Criança Viada”<sup>10</sup>, que apresentava fotos de crianças em “poses pintosas”. O blog, inicialmente, publicava fotos do jornalista e de seus(suas) amigos(as), mas logo viralizou e passou a receber fotos de pessoas de todo o Brasil, ficando no ar até 2014 – ano em que foi encerrado, devido a inúmeros ataques e denúncias de pedofilia e de conteúdo inapropriado envolvendo crianças e adolescentes. Sua reativação deu-se no ano de 2017, após os debates em torno da exposição artística “QueerMuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, ocorrida no Santander Cultural, na cidade de Porto Alegre.

O “QueerMuseu”, por sua vez, sob a curadoria de Gaudêncio Fidelis, reuniu 270 trabalhos de 85 artistas que abordavam as questões de gênero e diversidade. Entre os trabalhos apresentados, encontrava-se a obra da artista Bia Leite com as sentenças “criança viada travesti da lambada” e “criança viada deusa das águas”, a qual foi duramente atacada também sob a justificativa de apologia à pedofilia. Diante dos vários ataques vindos principalmente de grupos religiosos e de extrema direita, a exposição foi cancelada.

Ao trazer à tona esse cenário em que outras possibilidades de atravessamentos na infância são acionadas, sejam elas viadas ou travestis, notamos que as disputas políticas em torno das questões de gênero colocam-se em uma outra posição. Se, ao falar em crianças trans são acionados interesses médicos, ao falar em crianças viadas e travestis são acionados embates morais, que, no caso da travestilidade, só é vista enquanto possível na vida adulta (FAVERO, 2020).

Assim, capturadas pelo uso massivo do que se convém chamar de “crianças trans”, termo tido como guarda-chuva para nomear a diversidade na infância, as outras feminilidades e masculinidades “monstruosas” são invisibilizadas e categorizadas como inviáveis.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://criancaviada.tumblr.com/>. Acesso em 02 fev. 2022.

### **3 PERCORRENDO MAPAS E LANÇANDO-ME NA COMPLEXIDADE DOS CAMINHOS**

O meu contato inicial com as temáticas de gênero, sexualidade, corporalidade e produção de subjetividades, enquanto campo de estudos e investigação, data-se no ano de 2013, quando, naquela ocasião, eu cursava graduação na Universidade Federal do Oeste da Bahia/ Campus Barreiras. Por intermédio de um professor – o qual durante alguns anos foi meu orientador e dedicava-se a pesquisar o pajubá como forma de re(ex)istência –, estas temáticas foram-me apresentadas e tornaram-se centrais em minhas pesquisas também.

O interesse pelas temáticas continuou durante a minha graduação em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso/ Câmpus Universitário de Rondonópolis, onde me aproximei também das questões relativas à infância e ao pensamento esquizoanalítico, quando conheci um outro professor que me auxiliou na busca por esse conhecimento. Assim, ao ingressar no mestrado e estabelecer conexões com as pesquisas da minha orientadora, Raquel Gonçalves Salgado, as quais convergem para uma crítica aos discursos da psicologia do desenvolvimento sobre a infância, outros encontros teóricos foram possíveis.

Cheguei ao mestrado com o projeto de pesquisa que objetivava cartografar os processos de resistência e sobrevivência de pessoas que, na infância, tiveram experiências viadas em torno do gênero e da sexualidade. Entretanto, no percurso desta caminhada, outros interesses emergiram e outras inquietações começaram a me atravessar.

Em meio a isso, ingressei no grupo de estudos “Infâncias Trans”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), devido as minhas vinculações epistemológicas com a temática proposta e pelo anseio em conhecer o que estava sendo debatido em outras universidades e regiões para além do território mato-grossense.

As leituras e discussões suscitadas pelo grupo provocaram-me potentes inquietações, deslocamentos e desterritorializações teóricas e subjetivas, que ressoaram no meu percurso de pesquisa, fazendo com que o delineamento da minha pesquisa mudasse. Incômodos esses que me revisitaram durante a produção do campo de pesquisa e estão a reverberar no processo de escrita. Foi também, em meio aos encontros do grupo, que tive a oportunidade de conhecer es participantes que contribuíram com esta pesquisa.

Inquietava-me o fato de as pesquisas em torno das questões trans na infância estarem sempre preocupadas com a investigação de um suposto marco zero da transexualidade. Então, propus para a minha orientadora: por que não pesquisar os

sentidos que pessoas trans adultas atribuem as suas experiências na infância? Foi, nesse momento, que decidimos traçar outros caminhos no mapa desta pesquisa.

Entender o percurso desta pesquisa como as linhas de um mapa é considerar que ela se faz nos desmanchar de alguns caminhos e na (re)invenção de novas rotas. Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) conceituam:

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social (p. 21).

Este mapa/pesquisa faz-se, então, na desterritorialização de alguns mundos e na formação de outros (ROLNIK, 2007). Um processo que não é linear e não tem apenas um caminho, muito pelo contrário, é composto pela multiplicidade de agenciamentos que produzem tensionamentos e potencialidades. Um mapa que está, como nos lembra Rolnik (2007), em constante movimento e permanente mudança e que não apresenta apenas uma entrada ou saída, muito pelo contrário, é rizomático.

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Para onde vai você? De onde você vem? Aonde quer chegar? São questões inúteis. Fazer tábula rasa, partir ou repartir de zero, buscar um começo, ou um fundamento, implicam uma falsa concepção da viagem e do movimento. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 37, grifos dos autores).

O que significa dizer que o rizoma não tem entrada e nem saída, sendo então, “uma de suas características mais importantes [...] ter sempre múltiplas entradas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 37). Interessa-nos, nessa perspectiva o “meio”, ou seja, o percurso e a multiplicidade de possibilidades que surgem no caminho e os elementos a serem (re)inventados. Pensar esta pesquisa como um mapa diz dessa ordem: da criação, da processualidade e da complexidade.

Entrar em contato com cada uma destas narrativas também me possibilitou interrogar a minha infância e revisitar as minhas memórias, como também me provocou outras perguntas de pesquisa. A cada conversa surgiam novas inquietações e novos atravessamentos, os quais permitiram a construção deste texto, escrito, sobretudo, em cinco pares de mãos.



Não pretendemos, então, que esta pesquisa sirva para dar voz às pessoas participantes ou que seja um estudo sobre elas, mas que funcionemos como pesquisadoras implicadas com o processo de pesquisa e que apostam nas conexões, atravessamentos e relações dialógicas, de um modo de pesquisar situado (HARAWAY, 1995) que se faz no encontro com o(a) outro(a) (MORAES, 2010; ARENDT; MORAES; TSALLIS, 2015).

Assim, pesquisar e escrever sobre a multiplicidade dos corpos, dos afetos e dos desejos coloca-nos na contramão de uma “suposta” neutralidade científica e em consonância a uma defesa de existência singular, tal qual se posiciona Paul Beatriz Preciado (2013), ao empreender uma defesa à criança *queer*. No decorrer deste texto, trechos das conversas realizadas com as participantes sobre suas experiências de infância serão incorporados às discussões teóricas de pensadores(as) que problematizam o funcionamento binário de estruturas universalizantes que incidem sobre os modos de ser e existir.

Aproximar-me das narrativas de memórias de infância de Agnan, Luísa e Mar e ouvir suas vivências, por vezes, colocou-me em conflito com as minhas próprias memórias, suscitando-me reflexões e desconfortos, e em outras, a reverberação das questões teóricas que eu estudava. Essa ressonância também compõe este texto: o atravessar e ser atravessada, os encontros e os tensionamentos, os afetos e os desconfortos; o entre. Lançar-se nesse percurso é, como propõe Rolnik (2007), dar espaço “para afetos que pedem passagem” (p. 23).

O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar transvalorado. Está sempre buscando elementos/alimentos para compor suas cartografias. Este é o critério de suas escolhas: descobrir que matérias de expressão, misturadas a quais outras, que composições de linguagem favorecem a passagem de intensidades que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que pretende entender. Aliás, entender, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. [...] O que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem (ROLNIK, 2007, p. 65-66).

Cartografar significa acompanhar a paisagem em seus diversos elementos e mutações, é, sobretudo, enxergar os movimentos invisíveis e imprevisíveis que vão compondo o cenário psicossocial (ROLNIK, 2007). A cartografia, assim, se faz no movimento da paisagem, na provisoriedade dos elementos e nas conexões das relações.

## 4 CORPOS QUE TRANSGRIDEM AS LINEARIDADES: SOBRE DESCONTINUIDADES HISTÓRICAS, SUBJETIVAS E DESEJANTES

### 4.1 Entre o desejar e o sentir: a díade infância e inocência

Por um longo período da história ocidental, não existia um sentimento de infância. Philippe Ariès (1981) constata que até meados do século XII a arte medieval representava as crianças como “homens” em tamanho menor. Isso estende-se ao longo do século XIII, no qual se percebe que “não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. Essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil é encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas” (ARIÈS, 1981, p. 39). Por essa razão, as crianças estavam em todos os ambientes, misturadas com os adultos, sem haver, dessa maneira, distinção alguma entre ambos.

Diferente da Idade Moderna, nesse momento histórico, nas sociedades ocidentais, as pessoas, em geral, eram desprovidas de pudor, o que significa dizer que a sexualidade era visível no espaço social, onde “os corpos pavoneavam” (FOUCAULT, 1988, p. 09), e as crianças, por sua vez, também estavam misturadas aos adultos.

[...] ainda não existia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais, mesmo que despojadas na prática de segundas intenções equívocas, pudessem macular a inocência infantil – de fato ou segundo a opinião que se tinha dessa inocência. Na realidade, não se acreditava que essa inocência realmente existisse (ARIÈS, 1981, p. 80).

É no século XVIII, no entanto, que as mudanças começam a aparecer em relação à atitude dos adultos às crianças e a sociedade volta seu olhar para a criança, culminando na invenção da infância enquanto conceito no Ocidente (SCHÉRER, 2009). Institui-se um sistema, que molda e dita comportamentos, valores e obrigações que devem ser seguidos pelos corpos considerados infantis em um processo de pedagogização e normatização. Esse sistema, o qual regula normas de existências, encontra sustentação nos discursos da inocência e em um *telos* de desenvolvimento.

A infância passa, então, a ser estritamente relacionada à inocência, tornando-se, por vezes, sinônimos. Nesse sentido, Raquel Salgado, Antonio Zequetto e Carmem Lúcia Mariano (2019) apontam:

Responsável pela produção de uma aura mítica em torno da infância, a inocência torna-se um selo emblemático que ganha importância na produção de uma “natureza infantil”, compondo um binômio – infância-inocência – muito difícil de ser desfeito. Imagens e práticas

sociais, saberes e políticas destinados à infância têm, nesse binômio, seus pilares de sustentação (p. 6, grifo dos autores).

A sexualidade torna-se um dispositivo privilegiado, sendo, então, algo restrito aos adultos e um segredo que as crianças não podem ter conhecimento e nem acesso a ele. Muda-se para o espaço privado, especialmente o quarto do casal heterossexual e volta-se apenas para a reprodução (FOUCAULT, 1988).

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Essa santificação da criança é considerada, segundo Jacques Gélis (1991), como marco responsável pela emergência da criança como indivíduo. As crianças passam a ser vistas e tratadas diferente dos adultos, constrói-se todo um apego à infância e às suas particularidades, o que, até então, ainda não existia. É nesse momento histórico, então, que se instaura definitivamente a individualização da criança na sociedade ocidental.

Por sua vez, a sexualidade passa a ser gerenciada, não apenas julgada ou condenada, mas também administrada, em que “o sexo se torna questão de “polícia”” (FOUCAULT, 1988, p. 31, grifos do autor). São articuladas redes discursivas e policiamentos em torno do sexo e não mais uma simples proibição.

A tutela e a inocência são retóricas que apoiam o discurso do desenvolvimento, construindo corpos infantis ideais e, por isso, dignos de proteção, como ainda aqueles corpos desviantes e ameaçadores. Crianças despossuídas de sexualidade, em conformidade com as normativas de sexo/gênero e obedientes a um sistema adultocêntrico, são características do que Erica Burman (2009) conceitua como *criança ideal-típica*.

Esse ideário é sobretudo fictício e contraditório, na medida em que se apresenta como uma idealização inalcançável e única de existência. É o que Mar anuncia em sua narrativa ao trazer as contradições das práticas regulatórias sobre sua forma de desejar e sentir: ao passo que a heterossexualidade lhe era incitada, em contraponto ao discurso de inocência na infância, sua expressão de sexualidade era reprimida.

Na infância eu nunca cheguei a ter nenhum relacionamento, mas olhando pra trás assim, tinha uma grande influência da minha mãe principalmente pra que eu me relacionasse com o filho de uma amiga dela, super meu amigo assim, a gente era super amiguinho, mas eu

gostava dele como amigo, porque afinal era uma criança, né? Então, acabou não rolando nada (MAR).

As contradições do discurso do desenvolvimento manifestam-se quando este propõe a aniquilação de qualquer resquício de sexualidade na infância, tendo como justificativa a concepção de moral e pudor, mas, em concomitância a isso, fomenta a heterossexualidade como única possibilidade subjetiva.

Eu lembro que quando eu tinha uns doze, treze anos eu me apaixonei por uma menina aqui de São Paulo morava na praia e... eu decidi contar pra minha mãe que eu tinha me apaixonado por uma menina e... (risos) foi um caos, né? Porque eu cresci ouvindo que, se ela tivesse uma filha sapatão, ela punha pra fora de casa... e milhões de coisas, mas... eu decidi contar pra ela e aí foi bem complicado porque ela me afastou de todas as minhas amigas... eu não podia ir na casa de ninguém, era da casa pra escola, da escola pra casa e... foi bem complicado assim, eu não podia receber ninguém também (MAR).

Em meio a isso, acompanhamos o esforço em um suposto cuidado e proteção da infância como prerrogativa da inocência. O que é protegido, no entanto, não são as crianças, mas sim as normas de gênero e sexualidade, a fim de que estas se mantenham vigentes, a dispêndio de violências, ameaças e morte daquelas crianças que se desviam dessas regras de existência (PRECIADO, 2013). Nessa perspectiva, Salgado e Souza (2018) argumentam:

A família nuclear e a escola consolidam-se, historicamente, como instituições que, por meio de suas práticas e códigos sociais, fundam um campo discursivo da infância que vai ganhando força e materialidade na vida social. Nessa rede discursiva, a inocência consagra-se como o atributo emblemático da infância, que, com um sentido mítico, acaba por se estabelecer como uma espécie de “natureza infantil” (p. 243, grifos dos autores).

Nessa lógica, em que a inocência opera atrelada à infância, a sexualidade das crianças torna-se objeto central de regulação e controle. Luísa expõe na sua narrativa como essa rede discursiva operava na sua infância:

Eu nunca tive uma educação assim tão libertadora sabe, em relação a corpo, essas coisas. Uma educação que é libertadora no sentido de... “ah, não tem problema nada”, mas ao mesmo tempo ela é muito do controle assim, sabe? É... eu não sei se deu pra explicar muito bem, mas no sentido de “olha, tu pode ir ali mas sabe que vai ser ruim ir ali”, sabe, te proibindo. (LUÍSA).

Sobre isso, Salgado e Souza (2018) apontam que, longe de ser um inimigo a ser combatido e derrotado, a sexualidade das crianças se apresenta como um ponto de apoio, em que a fiscalização e vigilância só operam mediante a sua incitação. Quanto mais fala-se sobre a sexualidade, mais é possível regulá-la e administrá-la.

Eu acho que um episódio muito marcante pra mim foi... quando a gente foi em um churrasco, eu e a minha mãe, a gente foi em um churrasco da filha de uma amiga dela, na verdade de uma amiga dela e a filha dela estava lá e a filha dela é lésbica, tipo muito caminhoneira (risos) e é casada com outra mulher, tipo muitos anos. E aí eu lembro que a minha mãe sempre ficava de cara feia nesses churrascos, mas comia da comida da pessoa entendeu? Ia pro churrasco comia a comida da pessoa, bebia e aí, quando a gente vinha embora, ela ficava comentando com a minha avó assim: “Nossa, que horror, você viu aquelas duas sapatonas? Magina, minha filha virar sapatão! Eu boto pra fora de casa”, não sei o quê. E eu lembro que aquilo me chocava muito porque pra mim era só tipo duas pessoas juntas (risos). E a minha mãe sempre foi muito violenta nesse quesito, eu sei que ela só reproduzia o que ela aprendeu, mas não deixa de ser violência (MAR).

Mar expõe em sua narrativa que a incitação da sexualidade opera em consonância a uma ordem normativa. Fala-se sobre ela, mas para dizer qual sexualidade é possível e qual é inviável, quais desejos são inteligíveis e quais são desviantes e, mais ainda, como, a partir dessa lógica, os sujeitos podem ou não viver.

#### **4.2 Na família e na escola, brinca-se de gênero?**

Fazendo um retorno a Berenice Bento (2014), quando ela afirma que as crianças brincam de gênero, nomeamos essa seção questionando se, em espaços familiares e escolares, essa brincadeira, enquanto jogo de experimentação, é possível.

Encontramos nos estudos de Preciado (2013; 2019) pistas de que a família e a escola fabricam subjetividades generificadas e conservam a ordem cisheteronormativa, por meio da gestão, vigilância, castigo e patologização de toda forma de transgressão. Arriscamo-nos a dizer que, na escola e na família, não se brinca de gênero, aprende-se sobre ele. Mar relata em sua narrativa:

Eu acho que toda a construção da infância foi muito violenta nesse quesito assim, porque eu era conforme, mas eu fui ensinada a ser. Então, eu me comportava como as pessoas me ensinavam que eu deveria me comportar. Então, eu usava rosa porque rosa era cor de menina e eu tinha que usar rosa pra ser menina, eu tinha que ser quietinha pra ser menina, eu tinha que fechar as pernas, eu não podia brincar do jeito que eu queria, eu não podia subir em árvore, eu não podia brincar com os meninos porque eu ia ser maria macho, não podia jogar futebol, tinha

que ficar jogando vôlei, porque vôlei é esporte de menina, futebol não. Então, esse processo de construção de gênero ele foi muito violento, acho que é com todas as pessoas, principalmente as pessoas designadas meninas ao nascer (MAR).

A pedagogização dos gêneros e das sexualidades atravessam os sujeitos desde a tenra idade, ou como aponta Preciado (2013), “a polícia de gênero vigia o berço dos seres que estão por nascer” (p. 2). Assim, é (re)produzido um roteiro para as infâncias, em que os corpos infantis devam obedecer regras de ser/estar, vestir e se comportar conforme o que é esperado para uma menina e um menino e qualquer desvio desse roteiro é ameaçador para a norma.

Eu acho que... como eu entendi muito rápido o que era... o que era performar o masculino, que era isso que tinha que ser feito, embora eu não conseguisse fazer plenamente, né?... É... como eu disse, eu não gostava das coisas que homens gostam, que os meninos costumam gostar, carrinhos, bola, futebol, esportes físicos que fazem correndo... nunca gostei desse tipo de coisa (AGNAN).

Os(as) pais(mães), nesse contexto, são os principais responsáveis por essa vigilância. Encontramos em Preciado (2013) que, por meio dos adultos, a vigilância de gênero expõe os corpos infantis às políticas de controle e normalização, em que “a criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto” (p. 2).

É... eu lembro que... eu tenho memórias de quando eu era bem pequena, com quatro, cinco anos, de me interessar por brinquedos femininos, de ter essa inclinação de brincar com brinquedo feminino, mas eu ser podada pelos meus pais, então “isso é brinquedo de menina, não pode brincar” (AGNAN).

Luísa, por sua vez, contou que se identificava, desde muito cedo, com representações femininas e que usava artimanhas para continuar utilizando personagens femininas em jogos e esconder as suas verdadeiras predileções por tais representações.

Pensando as brincadeiras como um campo possível de experimentação e de desconstrução de certas regras de mundo, as crianças se veem o tempo todo disputando esse terreno, transformando-o em um espaço de subversão à disciplinarização dos adultos. Salgado e Souza (2018) entendem a experiência lúdica como “o do discurso em sua potência dialógica, aberto às disputas de sentidos, em que as crianças tecem transcrições sobre os seus mundos de vida” (p. 254).

Destacamos, no entanto, que não estamos construindo uma relação compulsória entre preferências por brinquedos e dissidências sexuais e de gênero, como se uma coisa

levasse à outra. O que argumentamos, ao contrário, é que a norma cisgênera e heterossexual dispõe certas regras a serem seguidas por aqueles sujeitos ditos como meninos e meninas e que estes estão a todo momento subvertendo essas regras. Nossa crítica coloca-se, então, em contraponto a essa vigilância das brincadeiras e dos brinquedos infantis como se pudessem produzir um suposto desvio, seja da cisgeneridade ou da heterossexualidade, como propõem certos aparatos médicos, legais ou morais.

Posicionamo-nos a partir dos apontamentos de Favero (2020):

Se a definição de criança trans for aquela de quem prefere as brincadeiras “próprias” do sexo oposto, talvez se ampliem os números de crianças diagnosticadas, pois algumas brincadeiras ditas femininas poderão ser consideradas mais divertidas que algumas brincadeiras masculinas, e vice-versa. Além disso, é a predileção por rosa ou azul que define essa identidade? Por futebol ou boneca? (p. 21).

Declara-se: meninos usam azul e brincam de carrinhos e bola e meninas usam rosa e brincam de bonecas. Nesse roteiro, qualquer desvio é ameaçador e é nos manuais diagnósticos, como dispositivos de poder-saber, que essa lógica encontra sustentação. Nomear como “disforia” ou “transtorno de identidade sexual”, como propõem o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento (CID-10), a preferência por brincadeiras ou vestimentas “do gênero oposto” é reforçar lugares estanques para os sujeitos e patologizar fenômenos do campo da experimentação.

O DSM-5 classifica *disforia de gênero* como o “sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa” (APA, 2014, p. 451) e descreve-a como forte desejo de pertencer ao outro gênero; forte preferência por papéis transgêneros em brincadeiras de faz de conta ou de fantasias; forte preferência por brinquedos, jogos ou atividades tipicamente usados ou preferidos pelo outro gênero; forte preferência por brincar com pares do outro gênero, entre outros critérios diagnósticos. Já a CID-10 nomeia como *transtorno de identidade sexual na infância* a “angústia persistente e intensa com relação ao sexo designado, junto com o desejo de ser do outro sexo” (OMS, 1993, p. 211) e caracteriza-o como intensa rejeição pelo comportamento, atributos e/ou vestimentas do sexo designado.

Essas diretrizes diagnósticas, para além de classificar os sujeitos, provocam efeitos materiais. Agnan expõe em sua narrativa como a patologização do gênero e da sexualidade, advinda de saberes médicos-legais, produziu efeitos em sua vida, a ponto de ser levada ao psicólogo. Ao lançarem problematizações sobre essas questões, Amanda

Schiavon, Sofia Favero e Paula Machado (2020) apontam que “ser uma criança “diferente” é pagar o preço de ser usuária de algum serviço” (p. 99), à medida que, para algumas crianças, este é um caminho compulsório.

Houve uma situação quando eu tinha onze anos de idade em que a minha mãe descobriu uma cartinha que eu escrevi pra um menino. Com onze anos eu já gostava dos menininhos e eu escrevi uma cartinha de amor me declarando pra um deles. Que eu nunca entreguei obviamente, mas a minha mãe achou. E foi uma coisa muito complicada, uma situação muito complicada. E eu lembro da minha mãe perguntando pra mim: “Mas você quer ter peito? Você quer ter bunda?”. E eu falava “Não. Não. Não quero, eu só quero, eu só... gosto dele.” E foi muito traumático assim, passar por isso pra mim, porque ver a minha mãe chorando pelos cantos e daí todo esse interrogatório, como se fosse, né, uma questão super complicada. E assim, logo depois eu fui parar num psicólogo, então pra mim eu já conseguia ver a clara relação entre o que ela tinha descoberto e ela me levar pra um psicólogo. E na minha cabeça era muito claro uma tentativa de consertar a cabeça, entende? (AGNAN).

Nesta perspectiva, Eve K. Sedgwick (2007), a partir da metáfora do armário, aponta como a díade segredo-revelação diz respeito às relações de poder, na medida em que alguns pensam que possuem o segredo de alguém e esperam uma confissão de uma suposta “verdade”. É interessante notar que, enquanto uma suposta transexualidade, homossexualidade, lesbianidade, bissexualidade são tidas como um segredo a ser revelado, a cisgeneridade e a heterossexualidade são vistas como universais e autoevidentes e não precisam dizer sobre si.

Uma vez que, para sair do armário, é necessário estar dentro dele em algum momento, isso implica também a reiteração da heterossexualidade como o “ponto zero” ou “origem”, marcando-se assim a homossexualidade como uma orientação sexual de caráter derivativo (ALÓS, 2011, p. 441).

Assim, sair ou tirar alguém do armário envolve normas cristalizadas e naturalizadas, as quais histórico-socialmente foram universalizadas e exercem poder em meio a relações chantagistas, silenciosas e de cumplicidade (SEDGWICK, 2007). Em meio a essas problematizações, questionamos: qual o lugar das crianças no direito à expressão de seus gêneros e sexualidades? Qual a possibilidade de essas expressões serem reconhecidas e viáveis em contextos de pedagogização, como a escola e a família? (SALGADO; SOUZA, 2018).

Luísa, em sua narrativa, relatou que o espaço escolar era um ambiente em que ela não estava autorizada a usar livremente as roupas com as quais se sentia à vontade e que



seu corpo não era visto como os demais, fazendo-a sofrer violências. Ela aponta que constantemente era interpelada por frases como: “Ah, você é muito diferente!” (SIC) ou “Tem certeza que você gosta de menina?” (SIC), por expressar uma performatividade que destoava daquilo que era esperado “para um menino”.

Agnan, por sua vez, recorda-se que constantemente era interpelada por palavras ofensivas, por destoar daquilo que era esperado de um corpo visto como “masculino”. Essas palavras pejorativas vinham, em sua maioria, de meninos que liam os seus gestos, expressões e comportamentos como destoantes de uma masculinidade dita como dominante. Ela relata:

Então, o que acontecia era realmente de fato essas constantes... é... tirações de sarro, né, e vinha por causa principalmente, por três motivos. Eu era um pouco afeminado, né? Eu tinha um pouco disso, tinha o fato que eu era filha de um dos professores. Meu pai dava aula em um dos colégios que eu estudei da quinta à oitava série. E, depois, além disso tudo, tinha o fato de que eu gostava de teatro e isso vem em mim desde pequenininha, bem pequenininha mesmo. Então, quando eu *tava* na quinta série, eu juntei um grupo de pessoas pra fazer teatro, porque não tinha nenhum professor que pudesse fazer isso. E daí é isso, né, teatro você se transveste, né? Você assume personagens e se maqueia, então, tem todo esse aparato de coisas que são compartilhadas com o universo feminino, né? Então, o fato dessas três coisas, quando juntaram essas três coisas, é... eu sofria muito bullying, por essas três coisas juntas, né? E além disso, tirando o fato de eu sempre estava no meio das meninas, eu sempre tive amigas, nunca tive amigos (AGNAN).

Sobre isso Daniel Welzer-Lang (2001) convoca-nos a pensar como a educação dos meninos se produz a partir de um “mimetismo de violências” (p. 463), em que se empreende uma guerra de uns contra os outros, a fim de regular e punir qualquer desvio.

Nós estamos claramente em presença de um modelo político de gestão de corpos e desejos. E os homens que querem viver sexualidades não-heterocentradas são estigmatizados como não sendo homens normais, acusados de serem “passivos”, e ameaçados de serem associados a mulheres e tratados como elas (WELZER-LANG, 2001, p. 468, grifo do autor).

Tudo aquilo que é associado ao feminino se torna polo de rejeição central, que precisa ser desclassificado, dominado e combatido. Para Preciado (2019), a escola configura-se enquanto um “campo de batalha” em que os meninos precisam provar que são diferentes das meninas, em seus supostos aspectos de fraqueza, fragilidade e delicadeza. Agnan relata:

Não era admitido que eu desmunhecasse, digamos assim. E isso ficou bem claro pra mim desde cedo. Era uma coisa que eu me podava também. Só que eu me podava também, porque eu meio que me podava. Então, mesmo quando eu me assumi homossexual, eu não gostava da figura do homossexual afeminado. Isso foi um processo pra mim, dentro da cabeça tirar essa questão da figura do feminino. Entender justamente que um dos marcos, do meu entendimento, que eu era transgênero, foi que o entendimento de que eu não me adequava no meio gay também (AGNAN).

As memórias de Luísa convergem nesse sentido. Os aspectos de virilidade associados a uma masculinidade universalizada nunca serviram, o que fazia com que ela se sentisse e fosse vista como diferente pelos meninos do seu entorno, causando-lhe momentos de exclusão no seu período escolar.

Eu sempre fui uma pessoa mais tímida assim, eu não representava muito o estereótipo assim de machão, essas coisas. E aí tinham pessoas que falavam tipo, pegavam no pé e tal. E aí era bem ruim, bem meio bullying, sabe? Mas eu não lembro de uma somente, mas eu não era muito considerado garoto assim sabe (LUÍSA).

Ademais, Welzer-Lang (2001) aponta, a partir da metáfora da *casa dos homens*, que a educação dos meninos é construída a partir da divisão hierárquica de grupos como nos cômodos de uma casa, onde as relações de dominação/privilégios são produzidas a partir dos esquemas de virilidade vigentes.

Os discursos sobre os gêneros e as sexualidades constroem marcas nos sujeitos, reiterando modelos binários e dicotômicos de inteligibilidade. Mar, ao expor os discursos de inteligibilidade que atravessavam seu corpo em relação às normas de gênero, aponta como essa demarcação era imposta pelo ambiente escolar:

Me afirmavam e me colocavam nesse lugar de feminilidade que nunca foi meu. Então, as violências eram muito enfatizadas nesse quesito, né, de ser colocade em um local que não me pertencia e isso se perpetuou até o ensino médio, em relação aos professores e etc. Então, era muito complicado assim. Era regulação de roupa no ensino médio, era roupa: “Ai, não pode vim com o short muito curto, não sei o quê”, “Ai, mas a blusa não pode ter decote”. Então, é uma fiscalização. Eu queria usar outra palavra, mas eu não tô conseguindo pensar nela agora. Mas é um controle, né, um controle dos corpos muito grande. Então, Foucault falava muito dessa questão do controle escolar e tudo mais, não só do controle escolar, mas institucional, como isso começa na escola (MAR).

Nesse aspecto, Louro (2003) afirma que a escola é um lugar privilegiado de regulação das corporeidades, dos gêneros e das sexualidades, onde delimita, separa,

institui, reconhece e (re)produz desigualdades e diferenças. Ao apontar como seu corpo era visto nesse espaço, Mar faz uma denúncia das constantes violências que sofria:

Eu ouvi coisas muito cruéis, até de psicólogo inclusive. Eu lembro que eu sofria bullying na escola justamente por ser uma pessoa gorda e o diretor indicou que a gente buscasse um psicólogo e ele deu uma indicação. E aí na primeira sessão com ele, ele virou pra mim e falou: “Ai, você precisa emagrecer porque senão você não vai ter menininho pra escolher quando crescer”. Então, além de gordofóbico, ele foi (risos)... ele foi heterossexista, no sentido de “Você vai crescer e gostar de menininhos e se você não emagrecer, você não vai ter nenhum pra escolher” (MAR).

Ao fazer essa denúncia, no que diz respeito às violências direcionadas ao seu corpo, Mar expõe como os marcadores sociais se articulam na produção do que é um corpo aceitável e lido como inteligível.

De igual forma, ao demarcarem corpos, as normas também demarcam onde esses mesmos corpos podem circular e aparecer socialmente. Constroem-se engenhosamente espaços sociais de validação das masculinidades e das feminilidades, em que são permitidos e aceitos alguns gêneros em detrimento de outros. Mar recorda-se, em suas memórias, de que foi ensinada sobre quais ambientes podia ou não frequentar por conta do seu gênero.

Eu não podia ir na pista de skate porque era lugar de maria-macho, então, o único lugar que os adolescentes se encontravam na minha antiga cidade era na pista de skate perto da praia porque era o único lugar que tinha pra ir (risos), não tinha nenhuma praça, não tinha outro lugar, então eu não podia ir nessa pista de skate porque, enfim só sapatão e menino andavam por lá segundo a minha mãe e ela não queria ver a filha dela por lá. Então, todos os meus amigos iam e eu era... (risos) e eu ficava em casa (MAR).

Os corpos, porém, transgridem e os sujeitos “brincam” de fazer gênero a todo tempo (BENTO, 2014). Sobre isso, Butler (2015a; 2017) afirma que estamos inseridos em um regime normativo de sujeição paradoxal, em que possibilidades de resistência podem se manifestar entre os processos de produção e dominação dos sujeitos. Ou seja, segundo a autora, é no interior das normas de inteligibilidade que a subversão acontece.

Nesse sentido, Anderson Ferrari e Danilo de Oliveira (2018) argumentam que, ao mesmo tempo que os espaços educativos (re)produzem uma lógica normativa, eles também podem ser assumidos como uma possibilidade de resistência e problematização das formas instituídas de vida, quando os corpos que transitam nesses contextos anunciam a instabilidade das regras, dos investimentos pedagógicos e do controle disciplinar.

Pensando as resistências pela via da inconformação dos regimes impostos, João Paulo Silva e Marluce Paraíso (2017) apontam como os corpos viados, trans, queer, lacrados e tombados forjam os modos de viver e pensar as masculinidades e feminilidades, produzindo novas formas de estar e viver as infâncias. *Devir-transviado*: é assim que os(as) autores(as) nomeiam este movimento de rebelação, contestação e bagunça das normas que fazem os gêneros e as sexualidades.

É negar, como afirma Thiffany Odara (2020), a marginalização de corpos dissidentes nos espaços pedagógicos, a partir da desobediência da ordem cisgenerificada, promovendo o questionamento das hierarquias e dos discursos hegemônicos, ao passo que lugares mais acolhedores e plurais possam ser construídos, nos quais essa “brincadeira” de gênero seja possível.

### **4.3 Aparecimento social e artes de existências transgressoras**

Posto que os regimes de verdade produzem regras de existência, conferindo aos corpos reconhecimento ou não, a partir de formas de aparecimento social, os sujeitos se veem o tempo inteiro representando essas normas ou rompendo com elas. Isso significa que as condições sociais em que alguns sujeitos vivem são mais precárias que outras (BUTLER, 2018).

Mas durante a adolescência minha expressão de gênero sempre incomodava muito a ela [mãe de participante]. Ela falava que eu me vestia que nem macho ou que eu estava usando saco de batata como roupa, porque eu usava roupas muito largas, mas atualmente eu entendo que as minhas roupas era muito mais sobre a minha identificação enquanto pessoa gorda do que a gênero sabe. Então eram muitas violências gordofóbicas assim (MAR).

Normas de gênero, sexualidade, raça, corporeidade, classe social e territorialidade atuam demarcando vidas legítimas e ilegítimas. Interseccionados com a infância, esses marcadores sociais produzem um modo de vida universal como ideário de desenvolvimento e progresso. Kimberly Crenshaw (2002) chama atenção para o modo como essas intersecções contribuem com os processos de vulnerabilidade ou, simultaneamente, de privilégio de determinados grupos sociais. Sobre o conceito de interseccionalidade, ela aponta:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros

sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Mar evidencia isso na sua narrativa, quando aponta que a normatividade de gênero não opera separada de outros marcadores da diferença na produção de violências de um corpo visto como gordo. Evidenciar as articulações entre os diferentes regimes que promovem dominações e privilégios é pensar as relações sociais como construções simultâneas (DÍAZ-BENÍTEZ; MATTOS, 2019).

Olhando pra trás hoje eu vejo que eu não era uma criança gorda, eu era uma criança... eu não era uma criança dentro do padrão, mas eu não era uma criança gorda, né? Eu ouvia que eu era criança obesa, que eu precisava emagrecer e, olhando fotos, eu não era (risos). Então, eu sempre acreditei que eu tinha sido uma criança “obesa”, é uma palavra que eu acho absurda pelo menos, porque é uma condição de saúde, não é uma coisa que a pessoa olhe pra você e diga: “Você é uma criança obesa.” Tem toda uma questão de saúde envolvida, de comorbidade, de questões associadas. Então, hoje eu olho pra trás e vejo o tanto de violência envolvida nisso e como isso influencia até hoje na minha visão, na minha autoimagem, né? Eu acho, eu acredito que isso é muito doido, porque tipo, em vários momentos da minha vida, eu acreditei que eu era uma criança com obesidade e, olhando fotos hoje em dia, não, (risos) sabe? Nem um pouco. Então, isso acaba criando uma autoimagem totalmente distorcida (MAR).

Ao expor os aspectos que legitimam um corpo como aceitável socialmente, Mar faz uma denúncia às violências que vivenciou na infância, em relação à aparência de seu corpo. Apresentar um corpo que era visto como desviante às normas de gênero e sexualidade e desviante a um padrão estético colocava-lhe em uma posição de abjeção, em que certas violências eram direcionadas.

Nessa perspectiva analítica, narrar a si é parte do processo de expor os embaraços da história e os assombros do passado, de modo a denunciar os regimes de inteligibilidade que privam a existência dessa mesma narração, sendo “a afirmação linguística de um eu que não pode ‘existir’ no interior da linguagem que o afirma” (BUTLER, 2008, p. 168, grifo da autora).

Dessa forma, as narrativas de memórias de infâncias são compreendidas aqui como artes de existência, enquanto produtoras de resistências nesses contextos de privação de reconhecimento, em que o apagamento e o esquecimento se apresentam como condição de manutenção dos aspectos históricos e socialmente forjados (BUTLER, 2013;

FOUCAULT, 2014). Interessa-nos, então, os desalinhamentos, os ruídos, as inquietações, as transgressões e as pluralidades.

“Provocar micro intervenções nas pessoas” é o que Luísa destaca em sua narrativa, ela gosta de transitar pelas fronteiras de gênero e sexualidade e resiste às nomenclaturas que lhe foram apresentadas. Remetemo-nos ao pensamento de Braidotti (2000) sobre sujeitos nômades. De acordo com a autora, os sujeitos nômades representam a renúncia a tudo aquilo que está estabelecido, fixo e cristalizado, constituindo-se, então, como uma subjetividade transitória, mutável e subversiva.

As crianças não são seres incompletos ou carentes de atenção e condução. As crianças interpelam algumas instituições, antes de serem por elas silenciadas. Quietas ou travessas, não se coadunam com um mundo já dado, pois o mundo é menos o que está pronto, do que algo a inventar (FERREIRA, 2016, p. 52).

Esses movimentos de resistência e de produção de novas possibilidades de existência apresentam-se como desestabilizadores das normas estanques de reconhecimento e atuam como crítica a essa ideia de conformidade histórica, desenvolvimentista, subjetiva e desejanete.

Luísa, ao apontar a potência desestabilizadora que seu corpo, no tempo presente, provoca nos regimes inteligíveis, contesta a naturalização das categorias “infância” e “gênero”, fazendo-nos retornar à problematização que cunhamos, em momentos outros deste texto, sobre a estabilização dessas categorias atrelada a um saber médico-legal.

Eu associo sim um pouco ser trans hoje em dia a isso, né? E vai numa contramão extrema da medicalização do cérebro, dessas coisas mais da medicina, sabe? Não sei se dá pra entender, mas eu vejo... ai, “eu nasci uma mulher no corpo de homem”. Pra mim, não teve esse caminho da medicina e na minha cabeça não teve, sei lá. Não que não tenha pessoas que tenham essa experiência, mas enjaular ser trans nessa experiência, eu acho uma coisa ruim. Mas, eu penso que também ser trans que talvez é um pouco dizer que tu não tá de acordo com as coisas que tá acontecendo assim no mundo, sabe? De ver o seu corpo como se fosse uma intervenção mesmo [...] Eu acho que, quando eu recebi o e-mail, eu sabia que eu não ia ter muita coisa a falar assim, mas acho que tá saindo bastante até porque a minha experiência eu acho que não é muito... sei lá, não sei... porque tipo, eu não conheço muitas pessoas trans, agora que tô conhecendo mais e o discurso que tem assim na mídia e na maioria dos lugares é tipo uma coisa muito, ai “sempre foi assim”, sabe? Mas comigo não foi assim, não pelo menos, né? (LUÍSA).

Encontramos essa problematização também no discurso de Mar:

O meu posicionamento é um pouco diferente da maioria das pessoas trans, que é: eu acredito que a identidade seja uma construção, eu não

digo que eu fui uma criança trans porque eu realmente não passei pela maioria das coisas que as crianças trans passa, né? Eu era muito conforme com o meu gênero (risos) quando eu era criança. Pelo menos aquilo que me apresentavam fazia muito sentido pra mim, obviamente que há uma super construção social em cima disso, mas eu era uma pessoa super dentro dos padrões de gênero que me designaram até a minha infância, durante a infância relacionado a gênero, identidade de gênero foi tudo muito conforme, mas em relação à sexualidade, desenvolvimento da sexualidade, não tanto porque pra mim não existia separação entre gostar de menino, de menina ou de qualquer outro tipo de pessoa porque eu não sabia que isso existia (risos). Então, eu fui saber que isso existia convivendo com a minha mãe, ouvindo ela ser muito homofóbica com as outras pessoas e aí eu percebi que talvez fosse errado, mas pra mim ainda não fazia sentido ser errado. Eu nunca separei as pessoas em gênero, pra mim não fazia sentido isso, tipo eram pessoas que gostavam de pessoas e eu acho que a minha primeira dissidência começou com a sexualidade e não com a identidade de gênero. O que normalmente acontece na maioria das pessoas, primeiro vão pra sexualidade e depois pra identidade de gênero, então, eu não me considero uma criança trans, não acho que eu fui uma criança trans. (MAR).

Ao apresentar essas duas narrativas nossa crítica vai em contramão ao ideário de desenvolvimento, que propõe uma linearidade e uma estabilidade aos gêneros e as sexualidades. Esse ideário, de igual forma, impõe que os sujeitos experienciem o mundo de maneira universal. Assim, ao debruçarmos-nos sobre as narrativas de memórias de Agnan, Luísa e Mar problematizamos esses regimes normativos de regulação das existências, evidenciando múltiplas possibilidades de ser/estar, viver e apresentar-se no mundo.

Ao tecer esta problematização propomos outros olhares para a infância, renunciando a sua naturalização e homogeneidade e, de igual forma, visibilizando outras abordagens em pesquisa que tenham como temática os gêneros e as sexualidades em intersecção com a infância.

## 5 NOTAS (IN)CONCLUSIVAS

As provocações levantadas aqui pretendem lançar problematizações sobre as pedagogias construídas em torno dos corpos, em relação às programações de gênero e sexualidade na infância, sustentadas em uma perspectiva cisgênera e heteronormativa. Dessa forma, faz-se necessário questionar como as instituições sociais, como a escola e a família, produzem e reproduzem diferentes pedagogias que, ao instituírem formas de ser/estar, desejar e sentir, mantêm desigualdades, dominações/privilégios e violências.

Assim, busca-se expor os avessos, os embaraços, os desalinhamentos e os ruídos em contraponto a uma narrativa de existência ancorada em uma ideia de desenvolvimento linear e coeso, em que os corpos infantis são vistos e pensados conforme binarismos de gênero e sexualidade e um vir-a-ser. Nesse contexto, a memória, como possibilidade de retorno e (re)significação do passado, desponta como uma forma de resistência à suposta estabilidade dos regimes ontológicos da vida, que propõem gêneros e sexualidades contínuos e imutáveis, no momento em que ela aponta para experiências “tardias” em torno da transexualidade, como narraram es participantes.

Esta pesquisa, situada intencionalmente no campo da educação e dos estudos feministas, está direcionada para a análise das memórias de infância enquanto estilísticas de existências singulares, produzidas por meio de fluxos nômades e desejanter, subjetividades dissidentes e transitórias e modos polifônicos de viver/sentir.

Busca-se, com esta pesquisa, o incremento de estudos no que diz respeito às vivências transgressoras na infância, em áreas do conhecimento como a Educação e a Psicologia, bem como mobilizar debates no campo dos estudos de gênero, que, ao mencionar a infância, a tratam de forma binária.

Não pretendemos, no entanto, que as análises e problematizações suscitadas aqui tenham a obrigação de oferecer respostas, visto que esta pesquisa não objetiva dar conta de toda a problemática sobre infâncias dissidentes. Como em um rizoma, que não tem entradas e nem saídas, esta pesquisa não apresenta um fim, ou como convenciamos chamar de conclusão. Preferimos, assim, deixá-la em aberto, inconclusiva.

Apostando nos processos, este texto, que chamei de mapa, procurou investir nas desterritorializações, nas conexões e nos agenciamentos possíveis advindos dos encontros produzidos no percurso desse caminho chamado pesquisa, a qual objetivou levantar reflexões e problematizações sobre os regimes de gestão da vida, ou parafraseando Favero (2020), colocar lenha nessa fogueira em que a cisgeneridade está queimando.



Com a ajuda de Agnan, Luísa e Mar, “sacerdotisas desse apocalipse queer” (FAVERO, 2020), procuramos provocar desestabilizações no que tem sido produzido sobre as experiências na infância de pessoas, que na vida adulta, se autoidentificam como trans. Assim, não queremos que este texto seja utilizado para responder os questionamentos sobre uma suposta transexualidade na infância, não é a nossa intenção. Pelo contrário, ao longo de toda esta pesquisa procuramos lançar críticas a uma perspectiva que busca a origem de uma transexualidade infantil, por meio de predileções pelo gênero oposto.

Ressaltamos que falar de infância de pessoas trans não é o mesmo que falar de infâncias trans e também não é o mesmo que negar a existência de crianças trans, pois elas existem. É lançar questionamentos sobre a homogeneização destas duas categorias – infância e transexualidade –, colocando em xeque a sua essencialização e os aparatos médico-legais que a reforçam. Queremos visibilizar outras infâncias, outras formas de viver as masculinidades e feminilidades, sem que isso seja compulsoriamente ligado a um diagnóstico ou patologia.

Isso não significa, no entanto, que Agnan, Luísa e Mar não compartilham experiências semelhantes em torno do gênero e da sexualidade. Em todas as narrativas de memórias de infância, foi possível notar como a cisheteronormatividade constitui-se como única expressão possível de ser, desejar e sentir, em que os corpos infantis dissidentes são alvos das mais diversas violências, seja em ambientes familiares ou escolares.

E a partir destas problematizações, como este trabalho pode oferecer pistas para a (des)construção de espaços pedagógicos em que as multiplicidades e as singularidades sejam possíveis? Ao longo de todo o texto apontamos como a escola e a família se mantêm como contextos de pouco acolhimento de gêneros e sexualidades dissidentes, como ainda de conservação de uma ordem cisheteronormativa, que exclui e violenta corpos tidos “diferentes”. Nesse sentido, apostamos em uma educação que se comprometa com as diferenças, com o direito de alguns corpos aparecer socialmente e que se oponha às violências direcionadas a determinados sujeitos.

Pensando em espaços como a escola, lugar privilegiado de regulação e pedagogização dos gêneros e das sexualidades (LOURO, 2000; 2003), Odara (2020), por meio da *pedagogia da desobediência*, nos ajuda a elaborar a primeira pista para pensar a desconstrução da cisheteronormatividade em contextos educativos. Segundo a autora, a pedagogia da desobediência pode ser conceituada como uma perspectiva de educação que promove enfrentamentos e intervenções na ordem colonial e cisgenerificada de educação,

que tende a valorizar formas homogêneas de ser/estar no mundo e, conseqüentemente, marginalizar corpos dissidentes. Sendo assim, a primeira pista que oferecemos se compõe de um verbo: *desobedecer*.

Para a segunda pista utilizamos o verbo *resistir* e para isso nos apoiamos nos estudos de Ferrari e Oliveira (2018). De acordo com os autores, a escola também pode se constituir como um lugar oportuno de problematização de certas formas de pensar e agir, sendo, portanto, um potente espaço de contestação e resistência às normas vigentes, já que, como afirma os autores, “a resistência é parte da vida, logo ela é parte da escola também” (p. 42).

E, por fim, a terceira e última pista é composta pelo verbo *transviadar*. Transviadar a educação é, como apontam Silva e Paraíso (2017), forjar outros modos de pensar e viver as masculinidades e as feminilidades na escola, por meio da visibilidade de crianças dissidentes, viadas, lacradoras, tombadoras e *queers*. Dessa maneira, os(as) autores(as) apostam em outras formas de conceber o currículo escolar a partir da “irreverência, criatividade, transgressão e *viadagem* do grupo da tombação” (p. 10, grifos dos autores).

Reafirmamos: não é nossa intenção oferecer respostas estanques que se sufoquem em uma única saída, muito pelo contrário, a nossa escolha por oferecer pistas é provocar múltiplos debates e levantar questões outras que levem a infinitos caminhos, fazendo com que o percurso deste mapa/pesquisa não se conclua aqui, já que este pode ligar-se a vários outros percursos que este texto possa mobilizar.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Bruno do Prado. **Sobre corpos que “não podem” aparecer: memórias de escola nas narrativas de pessoas travestis.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2017.

ALEXANDRE, Bruno do Prado; SALGADO, Raquel Gonçalves. **Memórias de infância na escola pelo avesso do tracejado das normativas de gênero, sexualidade e desenvolvimento.** Série-Estudos, v. 24, n. 52, p. 31-47, 2019.

ALÓS, Anselmo Peres. **Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão.** Florianópolis: Revista de Estudos Feministas, 2011.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, Hugo Higino Perez de. **“Quem poderá normatizar a criança?”: o que diz a psicologia sobre infância, sexualidade, gênero e desenvolvimento em cursos de licenciatura e de formação de psicólogo/a.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2018.

ANTUNES, Tatiane Coelho. **Memórias de infância, relações de gênero, educação e violências: entre vidas e linhas de outras maris.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2020.

ARENDDT, Ronald; MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra. **Por uma psicologia não moderna: o PesquisarCOM como prática meso-política.** Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 15, n. 4, p. 1143-1159, 2015.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1985.

BENTO, Berenice. **Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento.** [Entrevista cedida a] Diego Madi Dias. Cadernos Pagu, p. 475-497, 2014.

\_\_\_\_\_. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2011.

BONFANTI, Ana Letícia. **Vidas que merecem ser protegidas: violência sexual contra meninas, gênero e educação.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2019.

BRAIDOTTI, Rosi. **Diferença, diversidade e subjetividade nômade**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, p. 1-16, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sujetos nômades**: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BURMAN, Erica. **Desenvolvimento desejado?** Contribuições psicanalíticas para o antidesenvolvimento psicológico. São Paulo: A peste-Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia, v. 1, n. 2, p. 269-294, 2009.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

\_\_\_\_\_. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

\_\_\_\_\_. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

\_\_\_\_\_. **O que é a crítica?**: Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Trad. Gustavo Hessmann Dalaqua. São Paulo: Cadernos de Ética e Filosofia Política, Departamento de Filosofia – USP, p. 159-179, 2013.

\_\_\_\_\_. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Como os corpos se tornam matéria**: entrevista com Judith Butler. [Entrevista cedida a] Baukje Prins e Irene Costera Meijer. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BRAGA, Denise da Silva. **Vidas na fronteira**: corpos, gêneros e sexualidades: estranhando a normalidade do sexo. 2010.

CAMARGO, Sandra Celso de. **“Cada um brinca com o que quiser! Isso aí é rachismo!”**: infância e relações de gênero na brinquedoteca de uma instituição de educação infantil. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2019.

CAMILO, Vandelir. **Necromemória**: Reflexões sobre um conceito. 2020.

CESPEDES, Cristiane Rojas. **Memórias de infância, relações de gênero e sexualidade nos significados e narrativas de professores/as**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

CORNEJO, Giancarlo. **Fronteiras que matam**: autoritarismos e homo-transfobias. Trad. Baga de Bagaceira Souza Campos. Rio de Janeiro: Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, 2020.

\_\_\_\_\_. **La guerra declarada contra el niño afeminado**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9, Santa Catarina, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs 1**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo, 1995.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de et al. (orgs). **Metodologia e Relações Internacionais**: Debates Contemporâneos. 2019.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans**: infâncias possíveis. Salvador: Editora Devires, 2020.

\_\_\_\_\_. **Cisgeneridades precárias**: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 13, n. 20. 2019.

FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula Sandrine. **Diagnósticos benevolentes na infância**: crianças trans e a suposta necessidade de um tratamento precoce. Rio de Janeiro: Redoc, 2019.

FERRARI, Anderson; OLIVEIRA, Danilo Araujo de. O caso do aluno gay expulso da escola: moral, verdade e ética nas construções das homossexualidades masculinas no contexto escolar. In: RODRIGUES, Alexsandro (org.). **Crianças em dissidências**: narrativas desobedientes. Salvador: Editora Devires, 2018.

FERREIRA, Marcelo Santana. **Sobre crianças, sexopolítica e escrita de si**. Revista Polis e Psique, vol. 6, n. 1, p. 51-64, 2016.

FERREIRA, Marcelo Santana; SALGADO, Raquel Gonçalves. **As memórias do imemorable por uma educação contra o esquecimento e a barbárie**. Campinas: Pro-Posições, v. 31, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 14. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (orgs.). **História da vida privada: da renascença ao século das luzes**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 311- 329, 1991.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TOMAZ, Tadeu (org). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Cadernos Pagu, p. 07-41, 1995.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Feminismos contemporâneos e interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista**. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, 2018.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”**: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Psicologia Política, 2018.
- KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p. 32-51, 2009.
- LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2011.
- \_\_\_\_\_. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACEDO, Elina; SANTIAGO, Flávio; SANTOS, Solange; FARIA, Ana. **Infâncias e descolonização**: desafios para uma educação emancipatória. Crítica Educativa, 2016.

MARACCI, João Gabriel; FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula Sandrine. **“Cada comprimido é uma reivindicação de posse”**: ativismo e identidade no documentário Meu corpo é político. 2019.

MELO, Pedro Aparecido Barreto de. **“Ma vie en rose: olhares sobre infância, educação e gênero”**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2016.

MOIRA, Amara. **O cis pelo trans**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2017.

MORAES, Julianne Caju De Oliveira Souza. **Discursos sobre a temática do abuso sexual de crianças e da pedofilia na mídia escrita**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2017.

MORAES, Márcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Márcia; KASTRUP, Virgínia. **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

NASCIMENTO, Leonardo do. **“As meninas são todas princesas e os meninos são todos machos”?** Uma cartografia dos dispositivos de gênero e sexualidade numa escola pública. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2017.

NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do. **Corpos (Con) Sentidos**: cartografando processos de subjetivação de produto(re)s de corporalidades singulares. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

NASCIMENTO, Márcio Neman do; SILVA, Eloize Bonfim da; REIS, Jefferson; CARDOSO; Jéssica. **Análise cinematográfica sobre a infância trans nas obras francesas Ma vie en rose (1997) e Tomboy (2011)**. Salvador: Editora Devires, 2020.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Salvador: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Patrícia Alves Santos. **Infância, gênero, religião e educação**: entre as memórias da menina e as concepções da mulher educadora. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Trad. Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artmed, 1993.

PERES, Wiliam Siqueira. Contra a psicologia do sacerdócio: a vida que sangra, pulsa, vibra. In: MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira; FUNCK, Susana Bornéo. **Políticas e fronteiras: desafios feministas**. Tubarão: Copiart, p. 331-344, 2014.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

\_\_\_\_\_. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

\_\_\_\_\_. **Quem defende a criança queer?** Trad. Fernanda Nogueira. 2013.

\_\_\_\_\_. **Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2011.

PISCITELLI, Adriana. **Apresentação**. Campinas: Cadernos Pagu, n. 42, 2014.

RICH, Adrienne. **Compulsory heterosexuality and lesbian existence**. 2010.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **A cartografia e a relação pesquisa e vida**. Belo Horizonte: Psicologia & Sociedade, 2009.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SALES, Adriana. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

SALGADO, Raquel Gonçalves; SOUZA, Leonardo Lemos de. **Infâncias nas dobras da norma: entre narrativas e experiências de gêneros no ciberespaço**. Aracaju: Interfaces Científicas, v.8, n.2, p. 16-30, 2020a.

\_\_\_\_\_. **O desaparecimento social das diferenças nas políticas de exceção: vidas e memórias de crianças e mulheres para a reinvenção de uma educação democrática**. Educar em Revista, vol. 36, 2020b.

\_\_\_\_\_. **Gêneros, sexualidades e infâncias: cenas de crianças na contramão da inocência**. Rio de Janeiro: Childhood & Philosophy, v. 14, n. 29, p. 241-258, 2018.

SALGADO, Raquel Gonçalves; ZEQUETTO, Antonio Cleber; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. **Nos espelhos da cibercultura: crianças e a produção de imagens nas redes sociais**. Revista Cocar, 2019.

SCHÉRER, René. **Infantis**. Charles Fourier e a infância para além das crianças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.



SCHIAVON, Amanda de Almeida; FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula Sandrine. **A ciência que vigia o berço:** diferentes leituras de “saúde” frente a crianças trans e crianças intersexo. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 2020.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário.** Campinas: Cad. Pagu, 2007.

SILVA, João Paulo de Lorena; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Bagunçando as normas de gênero:** crianças transviadas e a invenção de outros possíveis no currículo escolar. In: Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 4, Canoas, 2017.

SOUZA, Gabriela Neves Paula de. **Gêneros, sexualidades e educação em memórias de infância:** corpos que existem e resistem. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2021.

SOUZA, Gislene Cabral de. **Educação infantil e relações de gênero:** o que se inscreve nos corpos infantis? Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

TEIXEIRA, Flávia do Bonssucesso. **Histórias que não têm era uma vez:** as (in)certezas da transexualidade. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, 2012.

TIETBOEHL, Léo; CAVALHEIRO, Rafael; KVELLER, Daniel. **Quem tem medo de criança queer?** Alguns questionamentos às normatividades em Psicanálise. *Periódicus*, p. 234-247, 2018.

UMEKAWA, Paula Akeime. **Gênero e educação:** as representações do feminino na animação “hora de aventura”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2019.

V, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

\_\_\_\_\_. **Colonialidade e cis-normatividade:** entrevista com Viviane Vergueiro. [Entrevista cedida a] Boris Ramírez Guzmán. *Iberoamérica Social*, vol. 3, 2014.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino:** dominação das mulheres e homofobia. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos.** Barcelona, Madrid: Editorial Egales, 2006.

## **APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “(Trans)gressões, aparecimento social e memórias de infância: vidas na contramão das pedagogias cisgêneras”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Jéssica Matos Cardoso, mestranda que está sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raquel Gonçalves Salgado, do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Rondonópolis.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar, a partir das memórias de infância de pessoas trans e dissidentes das normas de gênero, as estratégias de sobrevivência e resistência que elas construíram como possibilidade de aparecimento social.

O documento que segue terá todas as informações sobre a pesquisa e como será a sua participação nela. Por isso, peço que o leia atentamente. Você tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem que isso acarrete qualquer tipo de prejuízo a você. Caso você possua alguma dúvida, ela poderá ser sanada pelas pesquisadoras acima mencionadas, a qualquer momento. Você dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação na pesquisa.

Caso aceite participar, sua participação consistirá em três entrevistas, que serão realizadas por meio de plataforma online, sendo que duas delas tratarão dos seguintes assuntos: as experiências que você vivenciou na infância em relação ao seu corpo e o que foi ensinado para você, na família e na escola, sobre como ser ou se comportar em relação ao gênero. A última entrevista ficará reservada para que você tenha acesso à transcrição das entrevistas anteriores e, caso opte, poderá se manifestar em relação às informações apresentadas nessa transcrição e, inclusive, alterá-las. As entrevistas serão gravadas por intermédio da plataforma, mas, para que isto aconteça, será necessário que você concorde também com o registro da sua imagem e áudio. Assim, é importante mencionar que todos os dados gerados nesta pesquisa serão mantidos em sigilo e apenas a pesquisadora terá acesso a eles.

A pesquisa poderá acarretar riscos mínimos a você, no que diz respeito a aspectos de desconforto, revitimização, angústias e estresse emocional que podem surgir no momento em que você for solicitado(a) a falar sobre as suas memórias de infância. É importante mencionar, no entanto, que serão adotados pela pesquisadora procedimentos para minimizar esses riscos, como: respeito aos seus valores culturais, sociais, morais e religiosos; sigilo de sua identidade, caso assim você decida; compromisso de assegurar espaço para que você expresse os seus receios e dúvidas; interrupção da entrevista ou da

questão promotora de estresse emocional, caso você se sinta constrangido(a) ou desconfortável ao tratar do assunto mencionado; garantia de desistência em qualquer momento da pesquisa; e direito à indenização, caso ocorra algum dano durante a pesquisa, embora esta não acarrete diretamente prejuízos de ordem financeira, física ou psicológica.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: a curto prazo, os benefícios para o(a)s participantes envolvem uma possível reflexão quanto às memórias narradas, entendendo-as como possibilidades de questionar a sua vida no presente; a longo prazo, os benefícios da pesquisa visam trazer para o campo da educação e dos estudos de gênero e da infância reflexões políticas e epistemológicas por meio da emergência e da visibilidade de experiências subjetivas outras para além da cisgeneridade.

Será garantida a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e, posteriormente, na divulgação científica. Pode ser que você tenha interesse que seu nome seja utilizado na divulgação da pesquisa, caso assim opte, é necessário que você se manifeste em relação a isso ou, caso contrário, escolha um nome fictício a ser utilizado.

Você não terá qualquer tipo de despesa ao aceitar participar da pesquisa, bem como não estará abrindo mão dos seus direitos legais.

Você poderá entrar em contato com a pesquisadora Jéssica Matos Cardoso a qualquer tempo para informação adicional no telefone (77) 99801-4533 e pelo e-mail [jessicamatos19@hotmail.com](mailto:jessicamatos19@hotmail.com) ou com a professora orientadora Dr<sup>a</sup> Raquel Gonçalves Salgado, pelo telefone (66) 3410-4035 e pelo e-mail [ramidan@terra.com.br](mailto:ramidan@terra.com.br). Também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Rondonópolis, pelo telefone (66) 3410-4153 e pelo e-mail: [cep@ufr.edu.br](mailto:cep@ufr.edu.br), localizado na Avenida dos Estudantes, 5055, Cidade Universitária, Rondonópolis, Mato Grosso, CEP: 78736-900.

Sendo assim, ao assinar este termo você declara que aceita, de forma livre e voluntária, participar desta pesquisa.

Nestes termos, ao clicar na caixa “aceito”, entende-se que você, de forma livre e voluntária, concede consentimento livre e esclarecido para participar desta pesquisa e para que sejam feitos os procedimentos necessários ao seu desenvolvimento e posterior uso e publicação dos dados nos relatórios finais e conclusivos, de acordo com as condições aqui apresentadas, a fim de que estes sirvam para beneficiar a produção de conhecimento científico.

## **APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista**

### **Entrevista 1**

1. Me conta um pouco sobre você e como vivencia no seu corpo as questões de gênero, sexualidade e raça/etnia.
2. Você já se identificava assim desde a infância? Como você se percebia? Como você sentia o seu corpo?
3. Como as pessoas da sua família liam o seu corpo? O que lhe foi ensinado sobre ele?
4. Me conta um pouco das suas experiências na família que foram marcadas pelos seus modos de expressar o seu gênero.
5. Você já foi impedido(a) explícita ou implicitamente de transitar/participar livremente de eventos/reuniões familiares por causa dos modos como você expressa e assume o seu gênero? Se sim, como você foi conseguindo lidar/resistir a essas situações?

### **Entrevista 2**

1. Me conta um pouco das suas vivências escolares em relação ao seu corpo, gênero e sexualidade.
2. Como o seu corpo era visto na escola, tanto pelos outros(as) alunos(as) quanto por professores(as) e servidores(as)?
3. Você conseguia vivenciar livremente seus desejos e afetos no espaço escolar?
4. Quais intervenções e interdições você já sofreu no ambiente escolar?
5. Quais estratégias você construiu para resistir às violências direcionadas ao seu corpo nessa instituição?

## ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
RONDONÓPOLIS - UFR



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** (TRANS)GRESSÕES, APARECIMENTO SOCIAL E MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: VIDAS NA CONTRAMÃO DAS PEDAGOGIAS CISGÊNERAS

**Pesquisador:** JESSICA MATOS CARDOSO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 42263920.0.0000.0126

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Rondonópolis - UFR

**Patrocinador Principal:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.568.025

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se da apresentação de segunda versão à análise deste CEP do projeto de pesquisa intitulado "(TRANS)GRESSÕES, APARECIMENTO SOCIAL E MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: VIDAS NA CONTRAMÃO DAS PEDAGOGIAS CISGÊNERAS", da pesquisadora responsável Jéssica Matos Cardoso, como parte de sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis, com orientação da Profa. Dra. Raquel Gonçalves Salgado.

A pesquisa originou-se da participação da pesquisadora no grupo de estudos "Infâncias Trans", coordenado pelo Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O estudo volta a atenção às memórias de infância de pessoas trans e dissidentes às normas cisgêneras e heteronormativas, no intuito de analisar quais as estratégias de sobrevivência e resistência que essas pessoas construíram como possibilidade de aparecimento social.

#### Objetivo da Pesquisa:

Na pesquisa são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos.

O objetivo geral compreende analisar, a partir das narrativas de memórias de infância de pessoas trans e dissidentes das normas cisgêneras, as estratégias de sobrevivência e resistência que construíram como possibilidade de aparecimento social.

**Endereço:** AVENIDA DOS ESTUDANTES, 5055 Bloco Administrativo da UFR, terreo, sala 1  
**Bairro:** CIDADE UNIVERSITARIA **CEP:** 78.736-900  
**UF:** MT **Município:** RONDONOPOLIS  
**Telefone:** (66)3410-4153 **E-mail:** cep@ufr.edu.br

Continuação do Parecer: 4.568.025

E como objetivos específicos:

- Analisar, em narrativas de memórias de infância, os sentidos que pessoas trans e dissidentes das normas cisgêneras produzem sobre as experiências vividas com os seus corpos e sobre as programações de gênero que lhes foram ensinadas em diferentes contextos, como a escola e a família;
- Investigar como, desde a infância, esses sujeitos construíram estratégias de sobrevivência em um sistema que os enxerga como existências não inteligíveis e, por isso, passíveis de violências;
- Compreender como as narrativas de vidas dissidentes podem se apresentar como transgressões e resistências às políticas de desaparecimento social e de gestão da vida, dos gêneros, das sexualidades e das corporalidades;
- Discutir, no campo da educação e da psicologia, como a infância se configura como um tempo da interdição dos sentidos e das experiências com o corpo, com a sexualidade e com o gênero, a ponto de a criança não ter direito à autodenominação de seu gênero e sexualidade, posto que ela apenas se torna inteligível e legítima quando nomeada e definida pelo adulto.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisadora apresenta os riscos e os benefícios aos quais os participantes da pesquisa poderão ser expostos, explicitando também quais serão os procedimentos adotados para a minimização dos riscos.

Os riscos são considerados mínimos e dizem respeito aos aspectos de desconforto, revitimização, angústias e estresse emocional suscitados pela evocação de memórias de experiências vivenciadas na infância. Para minimizá-los serão adotados os seguintes procedimentos: respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos; sigilo da identidade, caso assim optem, e dos dados por eles(as) fornecidos durante as entrevistas; compromisso de assegurar espaço para expressão de receios e dúvidas; interrupção da entrevista ou da questão promotora de estresse emocional, caso os(as) participantes sintam-se constrangidos(as) ou desconfortáveis ao tratar do assunto em tela; garantia de desistência a qualquer momento da pesquisa; direito aos dados reunidos e sistematizados pela pesquisadora para que possam revê-los, opinar sobre eles e, até mesmo, modificá-los, se assim considerarem necessário. Os benefícios esperados com a pesquisa são, a curto prazo, possível reflexão quanto às memórias narradas, entendendo-as como possibilidades de questionar a sua vida no presente; a longo prazo, esta pesquisa visa trazer para o campo da

**Endereço:** AVENIDA DOS ESTUDANTES, 5055 Bloco Administrativo da UFR, terreo, sala 1  
**Bairro:** CIDADE UNIVERSITARIA **CEP:** 78.736-900  
**UF:** MT **Município:** RONDONOPOLIS  
**Telefone:** (66)3410-4153 **E-mail:** cep@ufr.edu.br



Continuação do Parecer: 4.568.025

educação e dos estudos de gênero e da infância reflexões políticas e epistemológicas, por meio da emergência e da visibilidade de experiências outras para além da cisgeneridade.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Quanto à metodologia: "Será realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, buscando investigar a produção de subjetividades trans e dissidentes em narrativas de memórias de infância, com o objetivo de evidenciar artes de existências dissonantes e estratégias de sobrevivência e resistência em um sistema de normalização dos gêneros e das sexualidades em corpos infantis."

São priorizadas as narrativas e para tanto escolhe-se o método cartográfico como análise. Para compor o campo cartográfico, a pesquisa também investirá em entrevistas semiestruturadas em formato de diálogos, sendo realizadas por meio de plataforma online, num total de três entrevistas individuais com cinco pessoas, maiores de 18 anos, participantes do grupo de estudos "Infâncias Trans", que se auto identificam como pessoas transgêneras e aceitem colaborar com a pesquisa. Tais entrevistas serão gravadas por meio da plataforma Google Meet. Quanto ao cronograma: atende às especificações, iniciando a produção dos dados da pesquisa em março/2021.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido constam as seguintes informações:

- Apresentação da pesquisa, com seus objetivos, os procedimentos adotados, o número de entrevistas;
- Possíveis riscos e benefícios ao participante, assim como as medidas preventivas para reduzir ou eliminar possíveis riscos e desconfortos;
- Direito de interromper a entrevista ou a questão promotora de estresse emocional e garantia de desistência em qualquer momento da pesquisa;
- Direito à indenização caso ocorra algum dano durante a pesquisa, embora esta não acarrete diretamente prejuízos de ordem financeira, física ou psicológica;
- Garantia de confidencialidade dos dados, sendo esses acessados somente pela pesquisadora;
- Os contatos (telefone e/ou e-mail) das responsáveis pela pesquisa e do CEP da Universidade Federal de Rondonópolis;
- A forma como o participante receberá a sua via.

Com relação aos outros termos de apresentação obrigatória, todos também se encontram de acordo com as resoluções preconizadas.

**Endereço:** AVENIDA DOS ESTUDANTES, 5055 Bloco Administrativo da UFR, terreo, sala 1  
**Bairro:** CIDADE UNIVERSITARIA **CEP:** 78.736-900  
**UF:** MT **Município:** RONDONOPOLIS  
**Telefone:** (66)3410-4153 **E-mail:** cep@ufr.edu.br

Continuação do Parecer: 4.568.025

**Recomendações:**

- Para as pesquisas em ambiente virtual recomenda-se acessar as orientações disponibilizadas pela CONEP no seguinte link: <https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/03/ORIENTACOES-AMBIENTE-VIRTUAL-CONEP.pdf>

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

A presente proposta foi aprovada no que concerne aos aspectos éticos. Caso haja mudança na proposta inicial, este CEP deverá ser informado, por meio de Emendas, via Plataforma Brasil. Os relatórios parciais deverão ser encaminhados, semestralmente, para o CEP com vistas ao acompanhamento da execução do projeto, ao término deste, o pesquisador responsável deverá encaminhar o relatório final ao CEP, conforme as resoluções em vigência.

Durante a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-COV-2, conforme Ofício Circular CONEP no. 08/2020, de 01 de abril de 2020, recomenda-se a adoção de medidas preventivas e de gerenciamento das atividades de pesquisa, "garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa."

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1678541.pdf	08/02/2021 20:30:07		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_Jessica_2.pdf	08/02/2021 20:29:43	JESSICA MATOS CARDOSO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Jessica2.pdf	08/02/2021 20:28:28	JESSICA MATOS CARDOSO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	15/12/2020 17:19:50	JESSICA MATOS CARDOSO	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoJESSICA.pdf	15/12/2020	JESSICA MATOS	Aceito

**Endereço:** AVENIDA DOS ESTUDANTES, 5055 Bloco Administrativo da UFR, terreo, sala 1  
**Bairro:** CIDADE UNIVERSITARIA **CEP:** 78.736-900  
**UF:** MT **Município:** RONDONOPOLIS  
**Telefone:** (66)3410-4153 **E-mail:** cep@ufr.edu.br



Continuação do Parecer: 4.568.025

Folha de Rosto	FolhadeRostoJESSICA.pdf	17:17:54	CARDOSO	Aceito
Outros	Entrevistas_Pesquisa.pdf	11/12/2020 18:17:22	JESSICA MATOS CARDOSO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RONDONOPOLIS, 02 de Março de 2021

---

**Assinado por:**  
**ALINE PEREIRA MARQUES**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** AVENIDA DOS ESTUDANTES, 5055 Bloco Administrativo da UFR, terreo, sala 1  
**Bairro:** CIDADE UNIVERSITARIA **CEP:** 78.736-900  
**UF:** MT **Município:** RONDONOPOLIS  
**Telefone:** (66)3410-4153 **E-mail:** cep@ufr.edu.br